

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

RONALDO PARANHA DA SILVA

**SOCIEDADE BRASILEIRA NO SÉCULO XXI: REFLEXÕES JUS
FILOSÓFICAS ACERCA DE ÉTICA**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA**

**CACOAL – RO
2015**

RONALDO PARANHA DA SILVA

**SOCIEDADE BRASILEIRA NO SÉCULO XXI: REFLEXÕES JUS
FILOSÓFICAS ACERCA DE ÉTICA**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da
Fundação Universidade Federal de Rondônia –
UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves
Quiles – Cacoal, como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada
sob a orientação do professor M.e Bruno
Milenkovich Caixeiro.

**CACOAL - RO
2015**

Silva, Ronaldo Paranha da.

S586s Sociedade brasileira no século XXI: reflexões jus
filosóficas acerca da ética/ Ronaldo Paranha da Silva –
Cacoal/RO: UNIR, 2015.

66 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.

Orientador: Prof. Me. Bruno Milenkovich Caixeiro.

1. Direito. 2. Filosofia. 3. Sociologia. 4. Ética. 5.
Sociedade brasileira. I. Caixeiro, Bruno Milenkovich. II.
Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 340.12

SOCIEDADE BRASILEIRA NO SÉCULO XXI: REFLEXÕES JUS FILOSÓFICAS ACERCA DE ÉTICA

RONALDO PARANHA DA SILVA

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

Professor M.e Bruno Milenkovich Caixeiro - UNIR - Presidente

Professora M.^a Kaiomi de Souza Oliveira Cavalli - UNIR – Membro

Professor M.e Victor de Almeida Conselvan - UNIR – Membro

Conceito: _____

Cacoal, 02 de julho de 2015

Dedico este trabalho aos meus pais; José Paranha da Silva e Marlene Agostinho da Silva, por me apoiarem, mantendo sempre um olhar sereno e proferirem palavras de incentivo. Aos meus queridos irmãos e irmãs; Elias, Elizeu, Luciana, Mônica, Raquel, Rosângela e Romeu por terem me ajudado nessa caminhada e vibrarem com minhas vitórias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ajudar-me, em momentos procelosos, oportunizando ultimar-se uma etapa, que não será o extremo, más sim o começo de uma nova empreitada alvissareira, corporificando novos fins, porque segue a vida.

Ao meu orientador, Professor M.e Bruno Milenkovich Caixeiro, pela paciência e desimpedimento, em transmitir seus conhecimentos; posto que, a interlocução no desenvolvimento do tema, sempre foi um mister de aprendizado.

À Professora M.^a Daeane Zulian Dorst, pela ajuda na elaboração deste singelo trabalho, pela paciência e compreensão, qualidades outorgada aos Mestres.

À Professora Dr.^a Eleonice Dal Magro, pela dedicação o qual conduz a incumbência diretiva do Campus, ainda que em tempos de adversidades, sempre logrei bons conselhos; Vossa Senhoria sabe que o sacrifício é o pedestal da vitória.

Ao Professor M.e Silvério dos Santos Oliveira, que incansavelmente dedica seu tempo aos acadêmicos da Unir Campus de Cacoal; no intuito que todos possam alvorecer-se em sapiência; sabe o Mestre, ser o conhecimento a redenção.

Ao Advogado Professor, José Sebastião da Silva Serra, outrora agricultor, hoje Advogado de deferência; por tantos esforços despendidos a me ensinar nas séries iniciais; aquela escolinha velha de madeira, jamais a esqueceremos, nunca.

Não existe, na natureza das coisas, nenhuma coisa singular relativamente à qual não exista outra mais potente e mais forte. Dada uma coisa qualquer, existe uma outra, mais potente, pela qual a primeira pode ser destruída. (SPINOZA, 2013, p. 159)

RESUMO

Em linhas gerais, o presente trabalho analisa a sociedade brasileira contemporânea traçando uma anamnese quanto aos preceitos éticos e morais, definidores do comportamento social e a observância à norma jurídica imperativa. Traz a discussão sobre a interação “harmoniosa” dos indivíduos, que compõe uma determinada sociedade passando pelos princípios éticos e moral social. Abstratos são estes preceitos que tendem a delimitar os processos congruentes, inerentes do convívio social, reguladores e “capaz” de manter a harmonia social. Observa-se que considerando a complexidade no agrupamento social, ao despir-se de conceitos arraigados ao longo do tempo, ainda que seja bom observador encontram-se, obstáculos para diagnosticar os preceitos éticos de uma sociedade contemporânea. Busca-se entender, mesmo que em uma fração milimétrica, os preceitos que norteiam a sociedade em comento. O presente trabalho de conclusão de curso limita-se a trazer à discussão os diversos aspectos; éticos e moral social e normativa legal da sociedade brasileira, frenética no século XXI, nomeada por muitos estudiosos como uma sociedade da geração “y” devido às mudanças tecnológicas em escala global, inerente ao tempo de modernidade, onde a perfeição apresenta-se e esvai corriqueiramente da mesma forma. Discussões; pertinentes ao direito à sociedade e comportamento ético moral, é o que ensejou a elaboração do trabalho. A metodologia utilizada; zetética empírica pura, método indutivo e método dedutivo.

Palavras-chave: Direito. Filosofia. Sociologia. Ética. Sociedade Brasileira.

ABSTRACT

Generally speaking, this paper analyzes the contemporary Brazilian society by drawing a history about the ethical and moral principles, defining the social behavior and compliance with the mandatory rule. These are abstracts precepts which tend to define the matching process, inherent from society, regulators and "able" to maintain social harmony. It is observed that considering the complexity in social grouping, the undressing of entrenched concepts over the time, although it is good observer lies, obstacles to diagnose the ethical precepts of a given contemporary society. It has sought to understand, even in a millimeter fraction, the principles that guide the society under discussion. This course conclusion work is limited to bringing to discussion the various aspects; ethical and social moral and legal rules of frenzied Brazilian society in the XXI century, named by many scholars as a generation of society "y" due to technological changes on a global scale inherent in the time of modernity, where perfection presents itself and fades routinely Similarly. discussions; relevant to the right to society and moral ethical behavior, it is what gave rise to the elaboration of the work. The methodology used; zetética pure empirical, inductive method and deductive method.

Keywords: Right. Philosophy. Sociology. Ethics. Brazilian society.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 ÉTICA E DIREITO.....	13
1.1 ÉTICA POLITICA.....	17
1.2 ÉTICA RELIGIOSA.....	21
1.3 ÉTICA CONTEMPORÂNEA.....	25
2 MORAL.....	30
2.1 MORAL E VIRTUDES.....	32
2.2 VIRTUDES MORAL.....	36
2.3 VIRTUDES INTELECTUAIS.....	38
3 DIREITO E SOCIEDADE.....	41
3.1 DA ÉTICA JURÍDICA NORMATIVA BRASILEIRA.....	44
3.2 SOCIEDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS.....	62
OBRAS CONSULTADAS.....	64

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, objetiva-se analisar a sociedade brasileira no século XXI frente às transformações sociais que ocorrem, considerando os preceitos éticos, moral e social contemporâneo, que são modificadores dos padrões da sociedade; que ao mal se estabelecerem, são substituídos pelo dinamismo de uma sociedade em movimento constante.

Sabe-se, que a sociedade em comento, está inserida no contexto democrático social popular representativo, desde a década de 1980; perfazendo um período relativamente curto, entabulada no processo; considerando-se, outras democracias tradicionais, com maior espaço de tempo e tradição, frente ao processo democrático.

Observa-se, que a presença do Estado Democrático é necessária no cotidiano das pessoas; os Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário em conformidade com os preceitos constitucionais, necessitam acompanhar tais evoluções, objetivando harmonizar-se com as transformações e evoluções da sociedade em coletivo.

Contam-se sete eleições consecutivas para os cargos dos Poderes; Executivo (Presidente e Governadores) e Legislativo (Senado, Câmara Federal e Assembleias Legislativas Estaduais), com a participação direta da sociedade civil através do voto direto desde 1989. A produção legislativa correspondente não vem acompanhando esta substituição de modelos adotados na sociedade civil organizada como Estado.

Com o Judiciário organizado nos preceitos da Constituição Federal de 1988 e não subordinado aos demais Poderes da República, constata-se a formulação brasileira de sociedade organizada e democrática, construída ao longo de uma trajetória de lutas e conquistas sociais; avolumadas por esforços dos cidadãos que destacam frente à sociedade brasileira, construindo com esforço a “nova” democracia, juridicamente estável e socialmente fundado na norma.

Nota-se que do Poder Judiciário emana o “balsamo” de esperança para as divergências e a não observância das normas legais instituídas. Todavia, o convívio social pode ser pautado por normas de condutas não apostas ao império da Lei.

Entende-se, como primorosa a dinâmica jurídica em uma sociedade democraticamente constituída na forma de Estado, vez que, do Poder Judiciário, pressupõe vir às respostas para os conflitos sociais então emergentes da sociedade.

Um estudo para analisar as divergências do tema não trará respostas conclusivas. Porém, aclara pontos cruciais e aprofunda a análise de convivência da sociedade com os preceitos fundamentais da ética e da moral, para o convívio em sociedade, em tempo, norteia o desenvolvimento de ideias jus filosófico sobre tema.

Uma visão simplista e complicada poderá ser discorrer sobre algo abstrato, ou seja, o não palpável. Entretanto, é importante que toda sociedade vivencie no cotidiano os preceitos da ética e moral, presumida como tarefa primordial para a convivência dos cidadãos em uma comunidade civilmente organizada e detentora do Poder Público.

É com esse perguntar na tentativa de decifrar o indecifrável, que o ser humano evoluiu-se ao longo das gerações no processo do conhecimento que fez, e faz a sociedade perquirir-se, o aprimoramento da ética e moral para uma convivência em sociedade.

Diante disso, faz-se necessário, perguntar sobre a ética em tempo que sinaliza de bom alvitre a crescente de maturidade, para continuar o caminho enquanto sociedade civil organizada sob a égide da Lei e sobre os desafios presentes na sociedade brasileira neste século XXI.

Com o cenário apresentado, a propositura busca analisar os questionamentos: sociedade, ética e moral, a observação dos poderes constituídos e a relevância preponderante no quadro social brasileiro contemporâneo.

Apresentam-se interjeições apontadas por diversos autores que permitem confrontar-se com a realidade brasileira e visualizar os preceitos éticos e moral social, palmilhados ao longo do tempo, enfocando reflexões jus filosóficas, acerca da ética social no século XXI.

Inicialmente, serão abordadas questões relacionadas à ética e seus ramos concomitantes, considerando os enlaces próximos a sociedade brasileira contemporânea, que não se comporta como a de outrora; os anseios, as realizações e a convivência entre grupos sociais.

A harmonização social passa por uma gama de influências, capazes de reestruturar concepções, trazendo-as, para a realidade contemporânea da sociedade brasileira; politicamente organizada como Estado unitário, que tem a força centrífuga na sua origem e, centrípeta na distribuição dos poderes dos Estados federados.

Discorre inicialmente, acerca dos princípios da ética e da moral, conceitos e estudos pertinentes, enfocando a observação da sociedade brasileira aos Poderes do Estado constituído, abordagem sucinta, e relevante na compreensão das dicotomias inerentes a sociedade brasileira contemporânea, em constante transformação social.

No segundo capítulo, serão delimitados sobre moral e virtudes, buscando-se pressupostos em que se aufere atinência aos seus princípios, e discorre-se sobre conjecturas ética-moral adotadas no Brasil do século XXI, analisando-se potencial influência como fator preponderante no movimento social humano dos brasileiros.

No último capítulo, analisam-se os aspectos do ponto de vista ético jurídico normativo no Brasil, examinam-se a priori, da norma e a vértice, ética-moral, o que perfaz necessário para entendimento da sociedade e ditames da ética e moral que o cercam, abordar-se, a sociedade brasileira contemporânea e os aspectos de Instrumentos Funcionais da Norma e dos Poderes do Estado.

Em síntese, o trabalho traz a baila, o enfrentamento ético e moral social vivenciado na atualidade e reporta-se, a pesquisa bibliográfica e a análise conjuntural sobre questões sociais e seus reflexos predominantes, que esboçará o entendimento sobre a questão.

Reservam-se, a verificar os aspectos da sociedade brasileira no século XXI, delimitando-se, os conflitos auferidos, no intuito de apontar soluções possíveis ou indicar prognósticos capazes de melhorar a comunidade.

A abordagem metodológica utilizada é a *“zetética empírica pura”*, vez que, permite explicar diferentes fenômenos sociais, concomitantes a sociologia jurídica. O que se propõe com o trabalho é verificar fenômenos sociais dentro do aspecto da ética e da moral social, dado que, a celeuma ora apresentada, encontra guarida para sua dialética, perquirindo-se a possibilidade de elencar a prognosticação.

Buscou-se, como *“espalda”* para análise do tema, o entremetimento do *“método indutivo”*, por oferecer o caminhar de um dado particular para um plano geral, por meio de observação de fatos, elementos e ocorrências, o qual se coaduna

com o enlace sobejamente proposto, em tempos que a resolatividade ou efetividade conclusiva, não se perfaz verdadeira ou falsa em *rés* abstratas, não sendo absoluta na dialética, (Marxista) onde a realidade é contraditória ao pensamento ou pode ser.

A priori ao fechamento da celeuma metodológica, propenso à proporção *sui generis* do tema, optou-se por uma terceira via metodológica como forma agregadora no desenvolvimento, e possibilitando concluir o trabalho, fazendo jus aos estudiosos em que desenvolveram as técnicas para a pesquisa.

Nesse diapasão, observa-se o “método dedutivo” que se caracteriza dado ao ponto que é uma forma de raciocínio, não dependendo de provas experimentais, sendo seu desenvolvimento a partir de uma verdade posta ou admitida em caminho de gerar ou perquirir um novo padrão de verdade, ou seja, uma nova verdade poderá surgir por meio das suas regras peculiares, bem como inferência das preposições apostas.

O processo metodológico ora informado tem por finalidade balizar o desenvolvimento do trabalho e conferir-lhe a validade ou buscar-se a validação, por meio dos estudiosos de notabilidade que anteriormente utilizaram-se dessas metodologias no intuito de galgar os resultados por eles almejados em pesquisas.

As afirmações que dantes por eles demonstradas, por meio da concretude dos métodos elencados, é o sustentáculo no desenvolvimento da pesquisa.

O estudo que aqui se empreende, foi concebido em três capítulos, perquirindo um princípio diretor para concluir o trabalho, o que se discute por observação e análise de diferentes prismas, tais como: filosóficos, sociais, históricos, econômicos, políticos e jurídico normativo.

Desse modo, questiona, verifica e analisa o tema com intuito de galgar respostas, desobscurecendo entendimentos sobre a Ética e a Sociedade Brasileira do Século XXI.

1 ÉTICA E DIREITO

O questionamento dos fundamentos da moral e sua validade, em análise das opções feitas pela sociedade, avaliação dos costumes e ações, bem como a reflexão dos conflitos no cotidiano; analisando o comportamento da sociedade humana social coletiva e norma jurídica, é papel inerente à ética que, maximiza o padrão de como se viver.

Traça opinião geral com foco no entendimento individual, sobre o que a sociedade considera certo, verifica valores morais e princípios sociais; lições que se podem, examinarem frente ao termo ética, que deriva do grego *ethos*, (caráter, modo de ser de uma pessoa) analisa-se, particularmente um indivíduo socialmente ao grupo integrado, porém, ações individuais refletem-se comumente, na coletividade.

Ética é um conjunto de valores morais e princípios que norteiam a conduta humana na sociedade, para que haja um equilíbrio e bom funcionamento social, possibilitando que ninguém seja prejudicado nas relações sociais. Neste sentido, a ética direciona os estudos de valores e princípios morais de uma determinada sociedade e seus grupos [...] (AMORELI, 2013, *online*, s.p.)

Pertinente quicá que, os grupos sociais pertencentes ao conglomerado de uma sociedade, comumente desenvolvem-se, seu código de ética, subordinando o grupo a determinadas regras que o compõe. Com efeitos essas regras são normas, de conduta social, algo que deve ser; não necessariamente será uma norma jurídica.

Nem toda norma que se adotam são normas jurídicas. Também se trata de norma moral e de costumes. Elas têm de diferenciar-se das normas jurídicas. Esta delimitação só poderá ser indicada aqui de modo muito simplificado. As normas jurídicas são normas de um sistema, que, para o caso de violação da norma, prevê, no final, uma sanção, isto é, uma força organizada, especialmente uma pena ou uma execução. . (KELSEN, 2011, p.47)

O ser humano pertencente a uma sociedade pode submeter-se, a subordinação de preceitos éticos de um ambiente específico o qual pertença, características da ética normativa deontológica, regulamento ético de uma profissão.

Com foco na ética do dever que discrimina o certo e o errado, sub-rogando a noção do imperativo categórico, (ética: médica, empresarial, educacional,

esportes, política etc.) estas sim, caracterizada como “[...] normas coercitivas que possuem uma parte ordenadora e uma parte sancionadora [...]” (KELSEN, 2011, p.47), conforme enfatizado por Kelsen, uma norma com imperativo jurídico categórico, que delimita sanções para os casos de infringência ao ordenamento preestabelecido, por meio do coletivo, estes em que, compõem ao grupo específico.

Outrora, Aristóteles ensinava sobre o tema, com efeito, não há que se falar de ética sem emergir o pensador, certo que outros se debruçaram em análise das premissas principiológicas de ética, mas dele veem a dialética aposta ao tema.

Aristóteles, que nasceu na *Macedônia*, cidade de *Estagira* no ano de 384 a.c, no ano de 367 a.c, foi enviado para *Atenas* para completar seus estudos, contava com 17 anos de idade. Ingressou na Academia de Platão. No ano de 342 a.c Aristóteles foi encarregado da educação de Alexandre, filho do Rei da *Macedônia*, que estava com 13 anos à época e sucedeu seu pai no reinado no ano de 336 a.c.

Terminado a educação do então Rei Alexandre, Aristóteles retorna para *Atenas* e inicia uma escola nas proximidades de um templo dedicado ao deus *Apolo*. Sua escola era chamada de *perípatos* (passeio) e, seus seguidores, “*peripáticos*”, devido ser os seus ensinamentos ministrados durante passeios. Bem difundida, a escola de Aristóteles tornou-se marca em seu tempo, pelo ensinamento do líder maior. (SERGIO, *online*, s.p.).

Na obra intitulada: “*Ética à Nicômaco*”, a visão *aristotélica*, expõe o pensamento moral de Aristóteles; faz menção ao indivíduo, e em primeiro plano a pergunta sobre “o que é bom ou o bem” (ARISTÓTELES, 2013, p. 09), perguntar-se, para o desenvolvimento de uma temática sobre ética, bem como o lugar ocupado por ética em nossas vidas, como se viver eticamente correto? São Inferências da obra, demonstrando-se a diante, o contexto valorativo, virtuais, para uma sociedade.

Começa então um questionamento sobre ética, a afirmação de que todo indivíduo bem como, toda ação e toda escolha, tem em mira um bem, e, este bem é aquilo a que todas as coisas tende, demonstra-se que em toda ação humana, tende haver-se um postulado maior, a uma vontade humana inarredável, pelo sumo bem.

O fim de todas as ações é o sumo bem, entretanto como o conhecimento de tal fim, terá grande importância para a vida dos humanos? Devem-se, determiná-lo, para saber de qual ciência o sumo bem é objeto, vez que, a vida em sociedade carece de fundamentar as ações; nada obstante, a fundamentação normativa, entende-se, consoante a necessidade dos grupos de humanos organizados socialmente regularem as condutas individuais para conviverem harmoniosamente.

Aristóteles (2013, p.10) refere-se política, como ciência mestra, cravando

o seu estudo, margeado pelos princípios de ética, “O sumo bem é objeto da política porque as ações belas e justas admitem grande variedade de opiniões, considerando sua existência por convenção e não por natureza [...]” (ARISTÓTELES, 2013, p.10).

Nessa situação, Aristóteles discorre sobre o indivíduo, designando pontos inerentes do agir como; virtudes intelectuais e virtudes morais e preceitos éticos, que servem de balizadores do agir humano, visto que, em uma sociedade a observância aos princípios normativos regentes da vida comunitária, evitando assim, os conflitos.

Deveras que, procedente a sociedade contemporânea brasileira, o sumo bem como objeto do Poder Político de Estado que imergiu da organização humana em sociedade, observa-se o agir social subordinando-os, as normas legais do Estado político organizado, é da sociedade política que emanam as leis, normas de caráter impositivo; posto que, o imperativo normativo de Estado, faz sentir-se por meio do Poder Judiciário em casos que degradingolado os princípios éticos e morais sociais, contanto que os princípios subjugados constitua ofensa à norma jurídica imperativa.

Cognoscível entendimento, por verificar-se a separação da sociedade moderna, o que se constata, dispor de uma premissa menor (indivíduo) em prol de da premissa maior (sociedade), pois é pontualmente visível a abnegação de interesses do ser humano como ser uno, para interagir-se com o todo, sociedade; de veras que, os princípios da ética como norma de conduta humana, perfaz um sabido modo específico de surgimento.

Exatamente por meio dos Poderes socialmente organizados; pressupõe vontade coletiva para a criação e manutenção do Estado de Direito organizado pela sociedade política; ponto em que se verifica a descentralização do Poder do Estado, tencionando responder os anseios de toda a sociedade.

Atingir-se-á o sumo bem da ciência mestra propalada por Aristóteles? Se se considerar verdadeira tal premissa, haveria de menoscabar a premissa maior da sociedade política? Se na sociedade humana organizada socialmente a premissa maior é o bem coletivo, na sociedade política o sumo bem será a descentralização do poder? Ou é o conjunto de poder do Estado? Agasalhar-se-ão, nas explicitações de Nelson Saldanha, a respeito dos Poderes do Estado e o Direito contemporâneo.

Se Aristóteles na sua *clássica política*, mencionou realmente o problema dos poderes, chegando inclusive a anotar a influência das formas de governo sobre cada poder, a verdade é que na sua sistemática os problemas da ética se misturavam aos políticos, e de resto a experiência da *polis* como regra não tinha condições para propiciar uma plena formulação da teoria dos poderes. Na Idade Média a grande questão, em se tratando de “poderes” era tocante às disputas entre o poder espiritual e o poder temporal, e naquela luta em cuja dramatização entraria a alegoria das “duas espadas” se refletia bem a mentalidade teológica e estamental vigente. Com advento do estado moderno, porém, a ideia de soberania simbolizou a unidade do poder *político*: em compensação o Estado, embora uno, necessitava articular-se interiormente para desempenhar as funções que já então tendia a absorver. Aí se põe o problema dos poderes. (SALDANHA, 2008, p. 175-176).

Observa-se dificultoso aferir o sumo bem da ciência mestra, propalado por Aristóteles, vez que a sociedade contemporânea almeja realizações que por vezes não encontram guarida no poder político, o sumo bem como objeto da política de Estado, admitindo se grandes variedades de opinião, observa-se pelas lucubrações dos representantes do povo via Congresso Nacional, porém estas discussões nem sempre se convencionam em agrado da sociedade brasileira.

Se a premissa maior da sociedade política brasileira reconhece como o sumo bem os interesses da coletividade, as realizações da sociedade política não andam em consonância como tal entendimento, sendo verdadeira a afirmativa, percebem-se necessárias mudanças de cunho ético e moral na sociedade política para agasalhar respectivamente a premissa da sociedade em coletivo.

O sumo bem da sociedade política não aparenta ser a divisão do Poder do Estado, vez que a divisão do poder encontra-se, seus pressupostos na vontade da sociedade civil organizada, a sociedade política tende a centralizar o Poder, verificando-se o contrário por meio da norma constitucional que estabelece os ditames existenciais da sociedade política.

Com os ensinamentos de Nelson Saldanha (2008, p.175-176) o sumo bem da ciência mestra em Aristóteles não difere da premissa atual, no entanto a divisão do Poder do Estado não parece ser um sumo bem para a sociedade política contemporânea. Se considerar a sociedade política, ser os interesses coletivos o sumo bem, da ciência mestra em Aristóteles (2013, p.10) necessário uma reflexão e realinhamento dos atos políticos para com a sociedade brasileira.

Entende-se que a divisão do Poder político do Estado, não constitui elementos suficientes para comprovar-se o exercício ou a efetividade do sumo bem

da ciência mestra na vida da sociedade, vez que o sumo bem social figura-se antagônico ao sentido do sumo bem para a sociedade política brasileira. Considerando a existência do sumo bem por convenção (Aristóteles 2013, p.10) imperativo se faz, reformular o pacto social político.

Na sociedade brasileira, qual é o sumo bem? O agir? Nas ações do ser humano está todo o conglomerado ético que o rodeia; possibilitando uma convivência com seus semelhantes; a perfectibilidade do caráter, da amizade e da vida ideal, assim como defendida na obra de Aristóteles, pode-se perfeitamente racionalizar o andar do ser humano moderno como inerente ao objetivo do sumo bem.

Posto que, perfazendo uma jusante, capaz de colocar o ser humano frente aos preceitos que norteiam a conduta de cada indivíduo, já que, ética pode ter um conceito variável, questão de visão individual ou coletiva, ainda sobre a ótica de quem o analisa.

Considerando o que explica o dicionário Aurélio, “ética é o estudo dos juízos de apreciação que se referem à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto”. (AURÉLIO *online*, s.p.)

Complicado distinguir o que venha a ser o bem, e o que é o mal; podem ter conceitos diferentes considerando o ser humano e o lugar onde se vive; algo que é o bem para muitos em determinadas regiões, pode não ser para outros em lugares diferentes, assim como o mal. Então a pergunta, o sumo bem é o agir? As ações de cada um que devem delinear os preceitos éticos, virtudes intelectuais e morais; ser franco, generoso, ter firmeza, temperança e responsabilidades nas ações.

1.1 ÉTICA POLÍTICA

Os princípios morais-religiosos dominavam toda a vida social nas sociedades tradicionais; havia uma dominação pelo conjunto de valores que determinava o comportamento do indivíduo em sociedade; quer seja nos aspectos econômico, político, artístico dentre outros que determinasse os meios de como se viver bem em comunidade.

Verifica-se, a dominação e orientação do teocentrismo nas expressões artísticas e filosóficas; o direito divino como critério de legitimar o poder político, o trabalho era visto como forma de mortificação do corpo no campo econômico.

No ocidente, em especial na idade média, o cristianismo era quem reforçava esse entendimento, considerava-se o norte que regulava as esferas da vida social; portanto, servia como critério normativo para a conduta das pessoas e das instituições.

Com o advento da sociedade moderna, percebe-se uma ruptura entre moral e política, no século XV inicia o processo de racionalização como explica o coreano naturalizado brasileiro.

[...] Com a modernidade, que tem início no século XV, inicia-se um processo de racionalização de todas as esferas da vida, que não é mais explicada por imagens religiosas, mas por métodos científicos baseados na experimentação e no cálculo matemático. Este tipo de racionalidade, também conhecida como razão instrumental, não está preocupado em discutir a moralidade dos objetivos, mas somente a eficácia dos meios para atingi-los. [...] (SUNG, 1995 p. 72).

É nesse contexto de mudanças sociais e econômicas, que surge o capitalismo moderno, com tentáculos racionais em toda esfera da vida do ser humano na modernidade, influenciando a vida em sociedade no século XXI.

O sistema jurídico, também tratado de forma racional, fortalece as ações estruturantes do modelo capitalista, com afã de manter a convivência social harmoniosa dos seres humanos contemporâneo, com efeitos os ensinamentos de Fernando Horta Tavares (2009, p. 110). A cerca da preocupação do Estado na resolutividade de conflitos sociais dos humanos.

As preocupações com a resolução dos conflitos humanos em bases preferencialmente equilibrada no binômio tempo e segurança jurídica alinham se, já há algum tempo, a um outro tipo de pensar a vivência, que é a frustração de homens e mulheres ante as dificuldades de acesso às estruturas estatais criadas com vistas a técnicas mais eficazes.

O “Projeto de Florença”, desenvolvido no decorrer da década de 70, e que acabou sendo conhecido como o “Movimento de Acesso à justiça”, tendo à frente Mauro Capeletti e Brayan Garth, é fruto das ondas reformadoras do Direito Processual na tentativa de se dar uma resposta razoável ao surgimento de “novos direitos” (meio ambiente, consumidor, participação em tribunais” e à” litigiosidade contida” daí advinda e a que, supostamente, o “velho” Direito Processual não vinha correspondendo, pois, segundo boa parte da doutrina, não propiciaria um efetivo “acesso a uma ordem jurídica justa” aos cidadãos ávidos por soluções “efetivas” para as questões submetidas ao Estado-juiz. (TAVARES, 2009, p.110)

Constata-se a sociedade política por intermédio do Poder do Estado moderno, que tem o condão de modificar a distribuição e readequação dos poderes; realinhando estruturas da Norma jurídica para garantir efetividade nas ações.

Observa-se nesse viés, o que antes, intrínseca a ética moral religiosa, nas questões de resolutividade dos conflitos sociais, perfaz agora uma nova dicotomia no Estado Democrático de Direito organizado, organização política do Estado que ganha novos contornos do ponto de vista ético, verifica-se que do ponto de vista ético e moral social, a Sociedade Política organizada, imprime-se uma concepção de consonância com a Sociedade Civil, no que tange a resolução de conflitos por meio do Poder Judiciário.

Segundo entendimento de Maquiavel, a diferença ética moral e a ética política, aquela estava intimamente preocupada com os fins; enquanto esta, preocupada com os meios. (MAQUIAVEL, 1996, p. 6).

Com o entendimento maquiaveliano, a ética política não está interessada com os propósitos e intenções dos governantes; mas com a preocupação de como e o que fazer para ascender-se e permanecer no poder.

O que Maquiavel teve como premissa nessa sua posição e entendimento é que, algo que pode ser considerado imoral do ponto de vista ético social; do ponto de vista ético político pode não ter o mesmo entendimento; entendendo que a política, tem um fim, em si mesma, Maquiavel caracterizou como fins inerentes a política, manter a ordem e as instituições de Poder.

O que se apresenta atual esse entendimento; haja vista ser as instituições políticas do Estado moderno, voltadas para o propósito de manutenção do grupo político ora no poder.

Do ponto de vista relacionado ao Brasil, o entendimento a muito prolatado por Maquiavel mantém certo primor, políticos envaidecidos e fazendo de tudo para continuar no poder; as ações de governo consideram na sua maioria, a manutenção do poder; embora a manutenção da ordem institucional que deve ser a regra.

O que grosso modo, desagradou uma parcela significativa da população; porém o jogo de *marketing* tem como fundamental importância dirimir os “arranhões” do Governo ora instalado.

Ocorreu no século XIX, com maior precisão a partir da segunda metade, grades levantes populares, exigindo democratização do Estado, que foi organizado

por sindicatos e partidos socialistas da época; ficou registrado na história, e não parece hoje, ser preocupação para os governantes.

O século XXI marca-se, grandes conflitos na luta por Democracia, destaca-se a “*PRIMAVERA ÁRABE*”, “termo cunhado pelos meios de comunicação para o levante no Oriente Médio”, outras lutas sacudiram o mundo causando perplexidade; “uma guerra civil na Síria que se arrasta desde janeiro de 2011, não conseguem comungar-se um acordo entre o governo Bachar al-Assad e opositores.

Esse modelo de política *técnicada* explicada por Norberto Bobbio na obra “*O Futuro da Democracia*” (BOBBIO, 2000) afasta a participação das pessoas, o que favorece o “apadrinhamento” corroendo os resquícios de esperança de mudança no sistema político, apatia a política favorece os grupos de interesses como: empresários grandes latifundiários, banqueiros; dentre outros grupos que na maioria, há uma preocupação restrita aos seus interesses ou de suas empresas.

Observa-se que, o Estado organizado, que tem como premissa zelar pelo interesse público; embrenha-se em outros limiares, servindo como meio de acúmulo de capital dos pequenos grupos formados no seio político e instados aos poder.

Com efeito, as grandes obras tocadas pelo Estado, que tem como fins apriorísticos a neutralidade, porém acaba por favorecer esse ou aquele grupo de empresários; afirma-se que, não a maioria, mas grosso modo, a classe empresária, mantem-se, algum lastro com os governantes eleitos, que por ora estão no poder.

Vislumbra então a ótica maquiavélica, a ética política não está interessada com os propósitos e intenções dos governantes, mas com uma preocupação de como e o que fazer para ascender e permanecer no poder.

O discurso da neutralidade do Estado, não tem se mostrado verdadeiramente efetivo, se a *técnicização* da política, parte-se do princípio de que a política é regida por normas neutras e objetivas; o que justifica o caráter de imparcialidade, apresenta-se ou faz parecer sem efeito prático na sociedade política brasileira.

O Estado, não serve somente ao bem comum, como deve ser, e, é a regra como princípio de sua criação, (mas serve ao jogo de interesse como já exteriorizado em linhas supras). O resultado analisado é a crescente ineficiência do Estado, o que em linhas gerais entende-se, que é preciso mudanças na regra do “jogo” político, para que haja realmente uma participação efetiva e Democrática da maioria, preceitua Norberto Bobbio na obra “*O Futuro da Democracia*”.

[...] O princípio inspirador do pensamento democrático sempre foi a liberdade entendida como autonomia, isto é, como capacidade de dar leis a si própria, conforme a famosa definição de Rousseau, que deveria ter como consequência a perfeita identificação entre quem dá e quem recebe uma regra de conduta e, portanto, a eliminação da tradicional distinção entre governados e governantes sobre a qual fundou-se todo o pensamento político. A democracia representativa, que é a única forma de democracia existente e em funcionamento, é já por si mesma uma renúncia ao princípio da liberdade como autonomia. [...] (BOBBIO, 2000, p. 38).

Em síntese, renuncia-se o princípio da liberdade autônoma para serem representados dentro de um sistema democrático; essa renúncia não implica em concordar com todos os atos de quem está no poder, é preciso ter como consequência a perfeita identificação entre governantes e governados, esse é o fundamento que deve caracterizar o pensamento político.

A democracia representativa verifica-se necessário, voltar para sua real função, representar o povo, fortalecendo assim os laços políticos efetivos, retirando as possibilidades de uma ruptura do sistema democrático; precisa-se, considerar a urgência de frear o “desmonte” do Estado; que tem como concepção servir a todos, preceito basilar do sistema democrático representativo, abdicar-se de servir a poucos conforme interesse dos governantes, faz-se imperativo e urgente.

Observa-se, descontentamento social e aversão ao sistema político no século XXI, entende que medidas práticas de correção podem corrigir as distorções do sistema político. Tornando-se, realidade com a organização e mobilização popular; foi assim na redemocratização do Brasil nos anos de 1980, afirma-se que não haverá qualquer mudança no sistema representativo, sem essa participação das “massas”, considerando ainda que, a mudança precípua deve partir de cada cidadão, para então, somente assim, fazer a mudança representativa desejada.

Vez que, os preceitos ético-moral, faz-se necessário na vida política ou *ad eternum* será à máxima maquiaveliana de que; “a ética política não se coaduna com a moral, por ter a política um fim em si mesma sendo a ética política, a suprema vontade do governante”. O que perfaz uma aversão a Democracia representativa.

1.2 ÉTICA RELIGIOSA

Há os defensores da premissa iluminista, ideia de que é o Iluminismo é quem traça um divisor sobre a ética religiosa; acredita-se que neste momento Deus foi destronado, e, posto em seu lugar o homem, com isso o homem senhor de si, dono

dos seus atos, dono do seu querer e responsável pelo que faz; doutrina que faz parecer simples, mas na realidade observa-se uma diferença podendo ser a força motriz causadora de tantos questionamentos.

Observam-se, dificuldades para uma delimitação consensual no que tange as questões religiosas, inclusive as vivenciadas na época contemporânea. Se ética, é um conjunto de valores morais e princípios que norteiam a conduta humana na sociedade, para que haja um equilíbrio e bom funcionamento da vida em sociedade, poder-se-ia, acreditar ser o tema adequado à discussão moral religiosa ao invés de ética religiosa?

Se a ética busca fundamentar o modo de viver pelo pensamento humano; e a moral se relaciona com os costumes ou hábitos, mas busca a fundamentação teórica para encontrar o melhor modo de viver; desproporcional é o tema?

No entanto, tem-se, cunhado também como tema, ética social ou religiosa; como sendo um compendio de doutrina que diz respeito ao que é correto e incorreto, diferindo-se de uma normativa filosófica por não estabelecer diretamente ou de *per si* a investigação racional.

Observa-se na ética moral religiosa contemporânea, uma não preocupação com a chamada justiça retributiva posto que, em sociedades antigas esse caráter de justiça era prevalente, a crença no caráter da justiça retributiva como explicada na obra *“Manual de Psicologia Jurídica”* Emilio Myra y López (2011, p. 143-144) calha como exemplificativo da ética moral religiosa de sociedades antigas. Com o Estado moderno a visão de justiça é fundada na Norma escrita, pela sociedade brasileira.

Na horda humana, o homem animal mais fisicamente forte ditava seus tirânicos caprichos; por conseguinte exercia o que depois foi denominado “direito da força”, instituído nos países feudais e ainda hoje exercido em não poucos lugares do mundo *soi disant* civilizado. A posse das jovens donzelas por aquele bruto concitava os rancores dos jovens varões até que em determinada ocasião se uniram e o mataram. Mas acostumados a serem guiados e orientados, estimulados e freados, por sua ativa presença, sentiram tremendo desamparo e angústia, ao verem-se, como no princípio, reduzidos a suas simples forças individuais. E originou-se neles um supersticioso temor de males sem conta, que sobreviriam a menos que de algum modo, ressuscitassem o até então odiado condutor e, por assim dizer, o eternizaram. Disparada a imaginação e posto em marcha o pensamento mágico, acreditaram que os primeiros males sobrevividos eram resultados de sua cólera e decidiram aplaca-la com presentes e sacrifícios, ao mesmo tempo em que os homicidas se submetiam a diversas e curiosas cerimônias de purificação e expiação. Foi assim que nasceram os diversos vislumbres de religião e que se originou, pela primeira vez, em conjunto humanos, a crença de que “quem faz paga”, ou de que “quem com ferro ferre com ferro será ferido”, ou “quem semeia ventos colhe tempestade”,

isto é: a crença numa justiça retributiva, em uma re-ação (oposta à ação) que somente poderia ser evitada aceitando o status quo dominante. (LÓPES, 2011 p. 143-144).

Nas religiões brasileiras, observa-se o *politeísmo*, ponto que diverge em análise, por considerarem em sua maioria a crença em um único deus, *monoteísmo*, porém acreditam-se na “*Santa Trindade*” o que perfaz um caráter *politeísta*. As religiões protestantes, comumente, a ética cristã é pautada pelos ensinamentos bíblicos; haja vista ser considerada a “*Escritura Sagrada*”, pelos adeptos da religião cristã.

Analisa-se que não se leva em consideração a denominação seguida, vez que, várias denominações de ramificações diversas emergem no Brasil, posto quê, o pensamento relativista evidente, tem tomando corpo e formula também no meio religioso.

Porém no século XXI há uma divisão religiosa brasileira quanto às questões inerentes ao ser humano moderno, os valores religiosos propalados por uma denominação pode-se perfeitamente não ser a máxima seguida por outro conglomerado religioso, verifica-se, que a visão Bíblica que norteia a moral religiosa, nem sempre encontra convergência, entre religiões.

Textos bíblicos propaladores da moral cristã são avaliados de forma diferentes entre as denominações religiosas. O livro de Êxodo posto na “Bíblia Sagrada” é um exemplo de ética moral religiosa seguida por denominações diferentes, ou, quase que extinto a observância dos versículos; 8,9,10 e 11 do capítulo 20.

08-Lembra-te do dia do sábado, para santificar.

09-Seis dias trabalharás, e farás toda tua obra.

10-Mas o sétimo dia é o sábado do Senhor teu Deus; não farás nenhuma obra, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o teu estrangeiro, que está dentro das tuas portas.

11-Porque em seis dias fez o Senhor os céus e a terra, o mar e tudo que neles há, e ao sétimo dia descansou; portanto abençoou o Senhor o dia do sábado, e o santificou. [...] (ÊXODO, cap. 20).

Verifica-se, que mesmo apostos como parte dos “dez mandamentos que Deus passou para o Profeta Moisés milhares de anos atrás”, não se faz um imperativo categórico para todas as religiões, ainda que propalando os mesmos ensinamentos cristãos. Conforme compilação de Átila Lopes Gonzalez (2005) verifica-se, entabulado, longos ensinamentos, ético religioso.

Agirás conforme as leis que te ensinaram, e segundo a sentença que te notificarem, sem te desviares, nem para direita nem para esquerda, do que houverem significado. (DEUTERONÔMIO, 17:1, *apud*. GONZALES, 2005, p.72)

Outro livro bíblico, de ensinamentos morais para os fiéis, Levítico que é o terceiro livro da *Torá* e recebeu este nome na *Vulgata*, Bíblia latina do século V; é composto por uma quantidade de ensinamentos supostamente direcionada para o povo de Israel, “que haviam saído do cativeiro egípcio”, elenca princípios de santidade espiritual, pureza física bem como, saúde por meio de dietas alimentares.

Observa-se, tratar sobre os ensinamentos do Mestre; porém não permite afirmar-se, como imperativo ético-moral religioso para todas as religiões cristãs, evidenciando-se a relativização do termo ética-moral.

Analisa-se evidente discernimento da ação humana, haja vista não ser possível seguir todos os preceitos bíblicos, vez que há nesse compêndio delineador da ética moral cristã em comento; contradições do ponto de vista religioso, ou pelo lapso temporal em que foi escrito e não acompanha o dinamismo social.

Moral cristã refere-se ao conjunto de costumes religiosos; e os princípios éticos costumes indicados pela razão humana, não flexionada como máximas imutáveis, mas, tende-se ao rearranjo natural com o passar dos tempos; o que não implica dizer que a moral cristã está pautada em arcabouço diverso das “Escrituras Sagradas”, do ponto de vista ético religioso, todas as metas morais apostas para os adeptos que o seguem; tem como primeiro passo os ensinamentos bíblicos.

Os que seguem preceitos que se divergem em pontos delimitados, encontram-se na Bíblia as explicações para os fundamentos em que pautam tais entendimentos, sendo a Bíblia a regra, nessa regra todas as explicações podem ser extraídas para a vivência do homem na terra.

Considera-se que, do ponto de vista ético religioso, não importa a vida na terra; seus feitos tem que ser dirigido para engrandecer o nome de Deus; segundo a ética moral cristã o homem ganhara “os céus” seguindo os ensinamentos do Mestre; pouco significando os seus feitos na terra se não forem tal qual a “vontade de Deus”.

[...] O “descanso eterno dos santos” está no Outro Mundo; na terra o ser humano tem mais é que buscar o seu estado de graça, “levando a efeito, enquanto for de dia, as obras daquele que o enviou”. Ócio e prazer, não; só serve a ação, o agir conforme a vontade de Deus inequivocamente revelada

a fim de aumentar sua glória. A perda de tempo é, assim, o primeiro e em princípio o mais grave de todos os pecados. Nosso tempo de vida é infinitamente curto e precioso para “consolidar” a própria vocação. Perder tempo com sociabilidade, com “conversa mole”, com luxo, mesmo com o sono além do necessário à saúde -- seis, no máximo oito horas -- é absolutamente condenável em termos morais. [...] (WEBER, 2004, p. 143)

Com exposição de Max Weber, aclara as definições éticas morais ensejadoras do comportamento cristã, e qual a pretensão de onde chegar seguindo estes preceitos morais religiosos.

Enquanto a Ética Moral Social, pura e simplesmente, está relacionada com o bem viver do homem em sociedade, a ética moral religiosa, deixa claro que, o que se busca com seus ensinamentos, não é apenas a vivência em sociedade, e sim, um “prêmio” na vida “futura”, enquanto aquela se preocupa com os ditames sociais e persegue um aprimoramento das relações do ser humano enquanto ser sociável partícipe de uma sociedade, esta visa seguir seu curso na terra, porém, com a visão em outro plano, o espiritual.

Analisa-se, que o homem inserido nos dois contextos (religião/sociedade) poderá ter divergência desta ou daquela norma ética moral em que está compelido a seguir; vez que, para a ética moral religiosa, implica seguir seus preceitos e conviver bem com seus semelhantes, sem distinguir qual a religião o ser humano é adepto, por vezes, formam-se conflitos, dado ao dinamismo social.

1.3 ÉTICA CONTEMPORÂNEA

Os humanos não são seres infinitos, daí a necessidade da filosofia moral lidar com as contingências da sociedade humana; ao ponto que passa os dias, surgem novos obstáculos criados pelo ser humano em sua contínua modificação do meio em que o cerca.

Verifica-se na atualidade que, o aspecto ético-social do ser humano inserido em uma sociedade, esta por sua vez partícipe do mundo globalizado; por acontecer de forma não pacífica, a globalização causa-se rupturas sociais de contornos profundos e transformadores da sociedade humana contemporânea, o que não se pode precisar, como serão as relações sociais futuras.

O Estado organizado por meio da ação humana tem o condão de resolutividade dos conflitos que surgem na sociedade; resolução que vem por meio do Direito, exteriorizado na forma da organização política do Estado social.

Na verdade o direito é sempre político, por suas origens e por seus efeitos sobre os indivíduos enquanto participantes necessários da convivência, com seus interesses que só se realizam no social, bem como sobre os grupos sociais e a sociedade como um todo. A afirmação da neutralidade política do direito é equivocada ou maliciosa. Seu fundamento aparente é a concepção de lei natural, entendida, segundo Montesquieu, como a relação necessária derivada da natureza das coisas e não da vontade dos homens. A lei que prevalece no Estado contemporâneo e de que falam hoje os teóricos do direito, quando se referem ao direito positivo, nada tem a ver com a natureza das coisas e é o produto, tão-somente da vontade dos indivíduos ou grupos sociais que predominam na sociedade.

Por influência do positivismo jurídico passou-se a considerar que só é “direito” o que está contido na lei. E esta, no mundo atual, é feita segundo o jogo das forças políticas, sem qualquer consideração pela realidade social ou por aquilo que na linguagem de Montesquieu e dos teóricos do direito natural seria “natureza das coisas”. De qualquer modo, o direito seria sempre político, mas a partir da concepção do Poder Legislativo como um órgão ou conjunto de órgãos em que são produzidas as leis, essa politicidade passou a caminhar muito próxima da natureza político-partidária. Desse modo foi estabelecida uma ambigüidade, pois a lei pode ser a expressão do direito autêntico, nascido das relações sociais básicas e expressando valores de grupo social, mas, geralmente passou a expressar apenas a vontade do grupo que predomina em determinado momento da vida de um povo, sendo muitas vezes um instrumento de interesses individuais ou grupais contrários aos de todo o povo [...] (DALLARI, 2002, p. 59).

Analisa-se, ação ética humana associada à política, pois o regime político como forma de organização do Estado, que por vias de consequência é quem traça as regras, (norma) para o agir de um determinado povo subordinado a Lei vigente no país ou território alcançado pelo Governo político.

Destaca-se, que a sociabilidade organizacional humana brasileira, por vez, pode gerar conflitos que, encontram resolutividade por meio do Poder Judiciário, forma social de organização do Estado social por meio do poder político.

Maquiavel afirma que: “a um príncipe não é necessário possuir todas as qualidades, mas é necessário parecer tê-las”, (MAQUIAVEL, 1996, p. 84-85) parece sugerir o afastamento ético político em prol de uma ordem de maior alcance para os príncipes, (governantes) que exercem poder.

Entende-se, com a ótica maquiaveliana em comento, que uma dicotomia maior pode nortear os preceitos éticos da política na sociedade, permitindo traçar os

caminhos políticos contemporâneos, de forma a verificar posições emblemáticas do ponto de vista da ética política.

Os preceitos que balizam a ética-moral contemporânea; vivenciada com um grande desprendimento em várias questões de cunho pessoal ou coletivo, diferem-se apenas do ponto de vista de tempo e lugar. Não haverá de qualificar moral tão somente de um modo isolado, portanto perquirir uma análise do contexto em que se insere, faz-se mister sobremaneira importante, delimitando um dado espaço de tempo em discussão para análise dos preceitos ética e moral.

Aristóteles o classificou como sendo a moral uma virtude, e essa classificação se divide em virtudes intelectuais ou morais, os ensinamentos de Aristóteles na obra “*Ética a Nicômaco*”, não mensura o alcance da moral, mas exemplifica que da moral advém os atos classificadores das ações em boa ou má.

[...] dizemos que algumas virtudes são intelectuais e outras morais; por exemplo, a sabedoria filosófica, a compreensão e a sabedoria prática são algumas das virtudes morais. De fato, ao falar do caráter de um homem não dizemos que ele é sábio ou que possui discernimento, mas que é calmo [...] (ARISTÓTLES, 2013, p. 30).

Entende-se, ser a virtude intelectual derivada do crescimento intelectual do ser humano, por meio do conhecimento o qual requer um dado tempo de aprendizado; diferenciando da moral, que é adquirida com resultados do hábito.

Por tanto, afirma ser a virtude intelectual, pressuposto balizador de uma vida em sociedade, posto que, ela delineia o caminhar do ser humano com suas ações, que sendo de bom alvitre apresenta em uma sociedade como uma mulher ou um homemorado.

Admite-se, em Aristóteles, ser a honra um conjunto de princípios de conduta moral; coragem, pudor, dignidade, probidade dentre outros que podem ser elencados como atributo honroso, sem devaneios consolidadores da moral, onde representam um dado padrão a ser seguido por um determinado grupo social.

Posto que, não deixa de ser um fator de complicação, por haver uma enorme gama de grupos sociais de conhecimentos e vontades diversas, o que leva a concluir-se que o norteador ético e moral de um povo pode não ser os mesmos seguidos por povos diferentes, em lugares distintos.

Haverá um vácuo, ao garantir que o agir social de grupos distintos não se encaixam com o modo de agir apriorísticos de uma sociedade, caso não seja aquela

sociedade em discussão, em linhas gerais, a análise encontrará efetividade se fomentada exatamente sobre um grupo referente à sociedade em que ele está inserido, posto que ao contrário restar-se-á, sem efeito prático a conclusão.

Verifica-se, a virtude que, com sua fragmentação intelectual e moral; pressuposto que em análise sobre um dado povo, a virtude inerente aos humanos de “bem”, elencada de forma precipuamente capaz de distinguir dentre eles o conhecimento, a sabedoria filosófica, a compreensão e a sabedoria prática, estará então nesse liame o ser humano, guiado pelos preceitos ético e moral.

Fundamentado no bem, considerando os princípios da boa conduta que regem as relações de convivência do ser humano, as relações precisam ser consideradas honestas e transparentes, para que os envolvidos encontrem na relação entre si, a confiabilidade em que almejam, no intuito de verem suas relações e propósitos concretizados do ponto de vista social.

Afirmar se, que são os atos, modeladores do caráter ético frente às incontáveis situações do cotidiano, evidenciado que, não deve ter dúvida quanto ao que venha ser ético, o juízo apreciativo referente à conduta poderá e deverá ser qualificado do ponto de vista do bem e do mal, independente de ater-se para tal qualificação, ou seja, preceitos que devem conter-se no conjunto humano social.

Ocorrência modeladora pela percepção ética, independente da formação ou qualificação que venha possuir quem faz o juízo de valor ou quem está sendo valorado, em linhas gerais, o homem estará sempre sendo “verificado” do ponto de vista ético e moral frente as suas atitudes ou exercícios de suas atividades do cotidiano em sociedade organizada.

Conclui-se, que o estudo da moral, que tem por finalidade equacionar as relações humanas remetendo-a, ao princípio da ética, hipóteses encontradas na ética aristotélica, faz-se presente ou deve fazer-se presente no cotidiano social.

Frisa-se que, da discussão do tema jamais exaurido, o que não é a pretensão, e longe de fazer menção ou “coro” a tal pretensão. Discorrido sobre preceito ético e moral, passa-se a conjuntura ética contemporânea.

Se considerar-se, ou que se deve considerar? Ou é o que se apresenta ser de melhor afinco às questões abstratas? Estando estas, envolto a mesma digressão; ou não considerando um prisma oblíquo, nem mesmo fazendo-se um sofisma da composição, pensando-se, que, se considerar-se a digressão uma substância, e o

que haveria de entender por tal proposição? Seria realmente verdadeira? Posto que, analisam-se o ensinamento sobre o tema.

[...] por substância, compreenderiam aquilo que existe em si mesmo e por si mesmo é concebido, isto é, aquilo cujo conhecimento não tem necessidade do conhecimento de outra coisa. Por modificação, em troca, compreenderiam aquilo que existe em outra coisa e cujo conceito é formado por meio do conceito da coisa na qual existe. É por isso que podemos ter ideias verdadeiras de modificações não existentes, pois, embora não existentes em ato, fora do intelecto, sua essência está, entretanto, compreendida em outra coisa, por meio da qual podemos ser concebidas, enquanto a verdade das substâncias, fora do intelecto, não está senão nelas próprias, pois elas são concebidas por si mesmas. Se, portanto, alguém dissesse que tem uma ideia clara e distinta, isto é, verdadeira, de uma substância, mas que tem alguma dúvida de que tal substância exista, seria como se disse (como é evidente a quem prestar suficiente atenção) que tem uma ideia verdadeira, mas que tem alguma suspeita de que ela possa ser falsa. [...] (SPINOZA, 2013, p.17)

Constata-se, que ética não é uma substância? Ela é concebida por si e não depende de outras congruências para existir? Se por modificação, em troca, compreender-se-ia, aquilo que existe em outra coisa e cujo conceito é formado por meio do conceito da coisa na qual existe, concluir-se-ia que ética existe por meio de outra substância que é o ser humano.

O ser humano materializa o ser abstrato, ética, por meio das suas ações, estas, carregadas de atos morais; assim era em tempos longínquos e, o é no presente, não há negação do passado pelo presente, no tocante aos princípios éticos, embora, surjam divergências de entendimento e meios empregados para analisar-se o tema; devido a lugares e povos distintos, afirma-se que qualquer grupo social a ser analisado, tem seus princípios éticos e morais inerentes ao grupo ou grupos de uma sociedade em análise.

Verificou-se, que variação ética e moral no tempo e espaço; ocorrem-se quanto à forma de inserção de um determinado grupo social, o posicionamento frente às questões ou conflitos sociais, as ações desenvolvidas para a convivência do grupo; são fatores de análise, preponderante para auferir o contexto ético social.

No Brasil do Século XXI, observa-se uma tangência em relação ao Século XX e assim progressivamente; mudanças de cunho social ocorrem-se, moldando ou modificando, os preceitos éticos e moral social, percebe-se um esforço de aprimoramento constante, por meios de ações do ser humano e instituições políticas do Estado organizado, com intuito de aprimorar o fortalecimento ético e moral social.

2 MORAL

Enquanto ética apresenta-se, intimamente ligada a moral, esta por sua vez apresenta de forma espontânea adequando-se com maior afinco a vida e o cotidiano do ser humano; o que não pode ser tomado como máxima, haja vista ser necessário à observância dos dois preceitos para se distinguir dentro da sociedade o indivíduo como um ser capaz de respeitar os preceitos éticos.

Por quanto, apresenta-se longínquo a separação entre os dois termos abstratos; porém de valia imensurável quando ao norte da discussão e o convívio do ser humano em comunidade.

Entende-se, que, mesmo que, o convívio do ser humano na sociedade moderna tenha “mundos” diferentes entre os cidadãos, os preceitos elencados podem ou não ser igualitários; observa-se que, em lugares distintos uma máxima afirmativa de existência de preceitos, apresenta-se iguais ou diferentes, dado aos modos em que os grupos absorvem o preceito ético-moral.

Os meandros da sociedade humana, organizada por povos existentes em um dado lugar, observam-se nos agrupamentos sociais, certas delimitações pautadas por meio de códigos e normas de conduta social, apresentando-se os princípios, ética e moral, como regulação para a convivência do grupo ou dos grupos dessa sociedade.

Analisa-se, que existindo um conglomerado de pessoas em um lugar qualquer; não perfazendo, as características de uma sociedade costumeira e reconhecida como tal; a observância, de algum modo, dos preceitos, éticos e moral social estará presente. Isso ocorre pela necessidade do homem viver em sociedade; por ser ou ter o agrupamento social fatores inerentes à condição humana. Com efeito, a célebre explicação de Aristóteles.

[...] A natureza compele assim todos os homens a se associarem. Àquele que primeiro estabeleceu isso se deve o maior bem; porque se o homem, tendo atingido a sua perfeição, é o mais excelente de todos os animais, também é o pior quando vive isolado, sem leis e sem preconceitos. Terrível calamidade é a injustiça que tem armas na mão. As armas que a natureza dá ao homem são a prudência e a virtude. Sem virtude, ele é o mais ímpio e o mais feroz de todos os seres vivos; [...] (ARISTÓTELES, 2006, p. 13).

A necessidade de associação dos humanos verifica-se, como fator intrínseco da espécie, como bem salientou Aristóteles na obra “*A Política*”, evidente, e apresenta-se dificultoso para os humanos viverem em isolamento.

O que não justificaria, ou, justificaria? Os eremitas por questões religiosas; aqueles que se isolam no intuito de “encontrar o seu estado de espírito ideal;” e mesmo isolados do convívio em sociedade, com sigo, estará arraigado seus valores morais que delineia o ato de peregrinação e afastamento do convívio social.

Entende-se como fator que determina o isolamento de um humano conforme os pensamentos de Friedrich Nietzsche, sobre o assunto.

O sofrimento profundo enobrece; coloca à parte. Uma das mais sutis formas de disfarce é o epicurismo, e uma certa ostensiva bravura do gosto, que não toma a sério o sofrimento e se põe em guarda contra tudo que é triste e profundo. Há “homens joviais” que utilizam da jovialidade porque graças a ela são mal entendidos--eles *querem* ser mal entendidos. Há “homens científicos” que utilizam da ciência por lhes dar uma aparência jovial, e porque a cientificidade leva a concluir que o homem é superficial ----eles querem induzir a uma falsa conclusão. [...] (NIETZSCHE, 2012, p. 169).

Observa-se, que, há acasos em que o ser humano passa a viver distante de qualquer rastro de civilidade; haverá moralidade nessa vontade exteriorizada com o cumprimento da mesma? Pode haver nessa atitude um profundo sofrimento como salienta Nietzsche, e mesmo uma bravura de gosto por não levar a sério as privações em que uma vivência em isolamento venha provocar; mas estará o eremita longe de tudo que seja triste e profundo? Ou será mesmo uma superficialidade inerente aos humanos?

Analisa-se, na digressão uma falsa conclusão considerando o ato moral? Se a moral diz respeito ao bem e ao mal, nesse ponto haveria uma incógnita por ser dificultoso mensurar os liames do bem e do mal nas proposições.

Pressupondo-se, que seja o princípio moral, fornecedor de normas para conduta do ser humano em sociedade, por ser, uma das vertentes aceitas quando se trata de moral; diríamos que o ato em voga não estaria a quem da moral? Entretanto, não coadunam com os pilares capazes de verificar a moralidade do ato? Por tratar-se, de uma ação isolada de apenas um ser que tomou rumos diferentes do convívio social? Concluir-se-ia a superficialidade do homem, ou chegar-se-ia a conclusão, propalada por Nietzsche, de enobrecimento por meio do sofrimento, bravura nesses casos de isolamento.

Com efeito, considerando a moral como a filosofia inerente ao bem e ao mal, e, atestando-se, que há por meio do ato moral, o fornecimento de normas para a conduta do ser humano em sociedade; afirma-se que são valores práticos, ou um conjunto de regramento capaz de conduzir ou nortear a vida em sociedade.

Conclui-se, que os casos de isolamentos, estarão fora do alcance de qualquer regra ou conduta moral; o que não se municia de elementos probantes, capaz de afirmar e/ou deduzir que o eremita não tem valores morais interiorizado em seu bojo.

2.1 MORAL E VIRTUDES

Conforme os ensinamentos de Aristóteles há uma correlação entre os atos morais e virtuosos, lembra-se uma clara e bem delineada teoria do conhecimento em Aristóteles, que buscou sistematizar o pensamento em sua época, caracterizado por fases como as exponentes a seguir; que denotam uma peculiaridade no conhecimento, **sentido** – contato com o objeto através dos sentidos, **intelecto** – perceptividade e contexto de formas do objeto e **conceito** – transformação que ocorre pelo intelecto a partir das impressões, e caracteriza-se como sendo o grau máximo de abstração, na teoria do conhecimento.

Essa formação do conceito perfaz uma concatenada e invisível abstração dos elementos contundentes, por meio dos sentidos, ao ter contato com um dado objeto, que por sua vez o intelecto processou-se, todo o contexto e formas, dando assim uma perceptividade sobre a matéria em que analisa.

Formação que caracteriza a teoria do conhecimento em Aristóteles, sistematização do pensamento em sua época, por meio dos conceitos elencados.

Destarte, essa sistematização, tão logo se verifica que o ser humano possa ter o conhecimento do necessário e contingente, caracterizado como partícipe da filosofia e da ciência.

Na obra “*Ética A Nicômaco*”, (ARISTÓTELES, 2013) a primeira indagação refere-se, o que é bom ou o bem; em seguida uma afirmação aposta, de que todo indivíduo, bem como toda ação e escolhas, tem em alça de mira um bem, e este bem é aquilo que todas as coisas tendem; caracteriza-se assim, que o fim de nossas ações é o Sumo Bem, sendo objeto da ciência política, vez que está é considerada a ciência mestra. Verifica-se, que variações de opiniões são admitidas na política,

porque, considera o autor, que ações belas e justas admitem significativamente grande variedade. O conhecimento do bem não visa tornar-se o fim precípua, mas a ação desencadeada por esse bem.

A que, considerar-se, que todo conhecimento e trabalho visam algum bem; qual será o maior de todos os bens? O fim será a felicidade, então de sorte que o menos provido de conhecimento não a concebe da mesma forma que o sábio.

A felicidade é uma coisa óbvia como o prazer, a riqueza ou as honras; sendo que, os seres humanos que o identificam a felicidade com o prazer vivem a vida dos gozos; a honra é superficial, e depende mais do homem que dá, do que o homem que recebe; a riqueza não é o sumo bem, é algo de útil somente.

Se para tudo que fazemos existe uma finalidade que é o bem; deve-se procurar o bem e indagarmos o que ele é. Considera-se, que a melhor função do ser humano é a vida ativa; nos estudos, trabalhos, convivência com seus pares, por ter essa vida ativa um dado princípio racional.

Ao considerar-se, como bem a atividade da alma, Aristóteles denomina uma identificação entre felicidade e virtude, sendo a virtude pertencente às atividades virtuosas da alma.

Quanto ao sumo bem, este se encontra, arraigado no ato por existir, ou poder existir, um estado de ânimo, não produzindo assim bons resultados. A atividade virtuosa necessariamente precisa do agir do ser humano e agir bem.

Virtudes Intelectuais e morais; são denominadas as espécies de virtudes, “[...] a intelectual deve-se em grande parte a sua geração o crescimento e ao ensino; a virtude moral é adquirida em resultado do hábito [...]”. (ARISTÓTELES, 2013, p.34).

Portanto, o homem caminha em um limiar tênue onde seus atos distintos, podem leva-lo ao aprimoramento das virtudes; não havendo o surgimento pura e simplesmente por natureza, de certo que, existindo por natureza não teria como alterar por força do hábito, com efeito, ensina Aristóteles na Obra “*Ética A Nicômano*” (ARISTÓTELES, 2013).

[...] a pedra que por natureza se move para baixo não pode adquirir o hábito de ir para cima, ainda que tentássemos adestrá-la jogando-a dez mil vezes para cima, nem tão pouco poderíamos fazer com que o fogo adquirisse o ato de mover-se para baixo, nem qualquer coisa que por natureza se comporte de certa maneira pode ser habituada a comportar-se de forma diferente. (ARISTÓTELES, 2013, p.31).

Observa-se, que não sendo assim por natureza, nem contrário a ela que as virtudes são geradas nos seres humanos; antes tem a capacidade advinda da natureza para adquiri-las sendo que esta capacidade se aperfeiçoa com o hábito.

Considerando o engajamento em que o ser humano delineia no convívio em sociedade; haverá de entabular suas virtudes intelectuais e morais, como bem explica Aristóteles, que todas as coisas advindas da natureza primeiras recebem a potência, e posteriormente exteriorizam a atividade.

Observa-se, no caso dos sentidos, pois não foi por ver ou ouvir repetidamente que adquirimos a visão ou a audição; estas sim, advindas da natureza que traz no bojo do ser humano a capacidade de ouvir ou ver, que é inerente a qualidade de ser.

Aposta assim uma regra, sabe-se que há as exceções, o qual podem elencar-se os portadores de necessidades especiais, que por um problema na formação genética ou mesmo outros, explicáveis pela medicina; não goza de algum sentido inerente a qualidade dos seres humanos por natureza.

Enquanto que as virtudes intelectuais e morais não vêm de um processo inerente da natureza, mas pela força e capacidade do ser humano interagir com o seu meio; sendo as virtudes intelectuais adquiridas por meio dos estudos, necessitando de tempo e experiências; e as virtudes morais adquiridas com o resultado do hábito, não surgindo no homem por natureza, mas por meio do exercício contínuo de atos bons que levam a praticar ações moralmente válidas, que possam ser caracterizadas como moldura da virtude moral.

O homem pode perfeitamente ser possuidor da virtude intelectual; por meio dos estudos em que direciona ao aperfeiçoamento, fazendo com que, se destaque frente a uma dada sociedade em que se vive; um bom carpinteiro, bom instrumentista, bom professor; são claros exemplos de virtudes intelectuais adquiridas com o trabalho e estudos dedicados às profissões que exercem; da mesma forma, torna-se justo praticando atos justos.

A virtude moral agrega ao ser humano, pelos atos que praticam, será classificado como possuidor da virtude moral ou não, aquele que pratica um ato moralmente válido, será então taxado como humano possuidor de uma boa virtude moral.

Geradas por meio dos atos, as virtudes intelectuais e morais, são destruídas da mesma forma; desprovido de virtude intelectual será o ser humano sem conhecimento algum? Classifica-se o ser humano sem nem um tipo de

conhecimento intelectual? De sorte que dependerá de um dado contexto em que se assegura, a constituição do termo; se um bom carpinteiro, um bom pedreiro ou um bom professor carrega a virtude intelectual, por ser bom no que faz. O carpinteiro por ter habilidade com a madeira e seus apetrechos para a execução do trabalho, bem como o pedreiro e o professor; que são avaliados do pondo de vista intelectual.

A virtude moral será destruída ou classificada por meio dos atos considerados bons ou ruins; será o ser humano de amoral social positiva, dependendo dos seus atos para a execução das suas ações, a praticar frente a seus pares; será justo ou injusto, temperante ou intemperantes e amáveis ou não.

Em síntese, a disposição moral do ser humano nasce de atividades inerentes a ela e perdem-se da mesma forma; ou seja, as atividades contrárias ao bom relacionamento com seu semelhante será a causa da destruição da virtude moral, ou uma classificação moral negativa, que caracteriza por ser um ser humano amoral.

É necessário que o ser humano, atente-se para a qualidade dos atos em que se pratica; atentando para a qualidade desses atos desde a juventude, habituando a praticar atos virtuosos para assim conseguir galgar o patamar de ser humano dotado de virtudes intelectual e moral.

Porque a deficiência ou o excesso de exercício destroem a força, sendo da mesma forma, a prática alimentar ou o vício para mais ou para menos, destroem a saúde; nas virtudes o excesso ou a falta são destrutivos; “[...] a virtude é mais exata que outra arte, tendo como atributo o meio termo [...]” (ARISTÓTELES, 2013, p.32), conforme ensinamentos de Aristóteles, ela se relaciona com paixões e ações, podendo ser voluntária ou involuntária.

Verifica-se, que nas ações voluntárias, sua propulsão encontra-se interligada ao próprio homem, que pratica uma determinada ação; enquanto às Involuntárias, são ações que ocorrem sob compulsão e ignorância; seu princípio motor está a quem do homem, não havendo uma contribuição para a pessoa que sente a paixão.

No entanto, cabe ao homem delimitar suas ações; por vias de consequências às ações boas devem ser continuadas, haja vista que, estas ações podem ser agregadoras para uma moral social positiva.

Considerando que podem ser estas ações, uma virtude positiva ou negativa; sendo positivas as ações, estará o ser humano que o pratica possuidor de uma moral refinada, bem visto pelos seus pares; sendo as ações, negativas ou contrárias

a moral social, as ações praticadas conferirá ao praticante uma moral negativa do ponto de vista da moral social.

2.2 VIRTUDES MORAIS

O ser humano deve ater-se as ações que nomeiam as virtudes, verifica-se que o relacionamento entre paixões e ações voluntárias ou involuntárias, deixa clara a possibilidade do ser humano ser protagonista da sua história moral, por meio das suas ações; por ser senhor dos seus próprios atos, detentor do poder de agir ou não agir, escolhendo qual o caminho a seguir.

Protagonista da sua história, sob a “égide” de uma norma vigente na sociedade, destarte que não se coaduna com um imperativíssimo forçado, mas sim um império ético moral social, inerente ao agrupamento em que o ser humano esta inserido.

Observa-se, que a virtude é inata ao ser humano ou deve ser. No diálogo entre *Sócrates* e *Mênnon*, onde o questionamento sobre a possibilidade de ensinar ou não a virtude, a resposta de Sócrates é que, “[...] a virtude não pode ser ensinada, ou o homem traz consigo a virtude, ou nada será capaz de incuti-la em si [...]” (ARISTÓTELES, 2013, P.32), no entanto explica que a virtude encontra-se em um grau de adormecimento em cada pessoa, sendo papel do filósofo despertá-la.

Observa-se, ser de valia positiva ao ser humano, integrante de uma sociedade, analisarem-se as premissas positivas e os princípios, capaz de fortalecer as virtudes morais; verificam-se premissas para atos positivos como:

Amabilidade, meio termo na disposição de agradar a todos, de modo devido e amável, não se deve o ser humano exceder-se, ou será taxado como um ser obsequioso que é o excesso; lisonjeiro diz respeito ao que tem um interesse próprio, sendo que a deficiência coaduna com a pessoa mal humorada, deve se ater ao meio termo no desenvolvimento das ações humanas.

Anônimo, aquele que não pretende ser honrado, ficando a quem da medida, porque a honra pode ser desejada sem ter um viés que desabone a conduta do ser humano, não se deve exceder nesse querer; o que excede é ambicioso o que fica a quem é *desambicioso*. Seu meio termo relaciona-se no tocante a honra.

Coragem, meio termo frete ao sentimento de medo e confiança, o temor às coisas o qual se consideram, terríveis por tanto as qualificam-se como males, não é

o caso taxar como injusto o temor, mas sim olha-lo como o meio para a prática de ações temerárias. Por certo não é justo temer as coisas em que não está ao alcance dos humanos, como um soldado em campo de batalha, não haverá de temer a morte, embora tema ao que possa acontecer ele segue em frente porque foi destacado para aquela missão. O que excede no medo é covarde, temendo o que não se deve temer.

Calma, meio termo em relação à cólera, deve o homem encolerizar-se justificadamente, dessa forma não se deixa perturbar, ou se guiar pelas paixões, tem-se um comedimento em um tempo certo. É deficiente e tem pacatez os que não se encolerizam aqueles que deviam exercitar sua ira.

Justa Indignação, seu meio termo está entre a inveja e o despeito, refere ao prazer da boa ou má fortuna alheia. Sendo a inveja o excesso e a deficiência o despeito.

Justiça, seu meio termo está basicamente em duas espécies, em seu bojo a disposição de uma virtude completa, por ser a disposição de caráter que faz propensão aos humanos ser, um ser mais justo, desejando e buscando a justiça; sendo que, uma forma corretiva outra distributiva nas transações voluntárias e involuntárias; uma subdivisão justiça política que se classifica em natural e legal. Deve-se ter o caráter voluntário frente ao ser humano, para assim o considerar justo.

Justo Orgulho correlaciona seu meio termo com relação à honra e a desonra, seu excesso é a vaidade desproporcional, sem razão de ser vaidoso; a deficiência é a humildade indébita, que não há precisão não se coaduna com o ser humano magnânimo, que, sendo grande nas suas pretensões, mantém uma postura honrada. Ultrapassando a medida considera-se um ser vaidoso.

Liberdade, predisposta ao humano considerado louvado, no tocante em dar e receber riquezas, sendo especialmente louvado aquele em que sabe partilhar suas riquezas, na contra mão o avarento quer mais do que deve enquanto o pródigo esbanja sua riqueza. A avareza é deficiência no dar e exceder no receber. Se meio termo está no dar e receber riquezas, o excesso é a prodigalidade e a deficiência é a avareza.

Magnificência, virtude relacionada com a riqueza é considerado magnificente aquele que gasta apropriadamente, porque da mesma forma será os resultados. A deficiência relaciona-se a mesquinhez, ficando aquém da medida o ser humano mesquinho. O excesso é caracterizado pela vulgaridade, gastos além da medida.

Modéstia, meio intermediário nas paixões, o ser humano que excede na modéstia é acanhado, envergonhando-se de tudo, os que mostram deficiência é considerado despuadorado por não se envergonhar, devem-se, os humanos, buscar o meio termo para delinear suas ações.

Pessoa Espirituosa, meio termo na *aprazibilidade* ao proporcionar divertimento. Chocarrice é o seu excesso e a rusticidade sua deficiência.

Temperança, caracterizada como meio termo entre prazer e dor, relacionada com os prazeres do tato e do paladar. O intemperante delicia-se com o gozo do objeto em si; comer, beber e na junção dos sexos.

Considerada dentre os vícios a mais difundida, há uma dominação do ser humano, como animais, por isso um forte motivo de censura. Seu excesso é a intemperança, não deixando harmonizar-se ao racional, como faz o humano temperante.

Veracidade, a jactância como exagero e a falsa modéstia sua subestima, as ações dos humanos devem considerar o meio termo, não excedendo nas suas ações quanto à verdade, não deve ter exagero ao propalar a verdade, ser comedido afim de, manter ou ter credibilidade nas ações.

2.3 VIRTUDES INTELECTUAIS

Considerando os ensinamentos filosóficos, a dicotomia em torno das virtudes intelectuais, apresenta de forma categoricamente encrustada ao ser humano responsável; ou seja, aquele que responde pelos seus atos, porque, parte da vontade do ser humano, exercitar suas vontades intelectuais, assim assimila o conhecimento tornando um ser virtuoso intelectualmente.

Os atos desencadeados na formulação da virtude intelectual; são princípios da responsabilidade e está fincado em dois pressupostos, qual seja: realidade e contingente; clarividente a possibilidade do ser humano tornar-se protagonista da sua história no que diz respeito às virtudes intelectuais. Aristóteles ensina que “depende de nós sermos virtuosos ou viciosos”, se o bom caráter é resultados dos atos virtuosos, com efeitos realizando ações justas melhoram-se os hábitos, moldando um caráter mais justo.

Observa-se ser inerente ao ser humano a sua formação de caráter justo, porque, sendo responsável pelos seus atos, feito está o liame entre os dois, esse

liame caracteriza-se, pela contextualização de partes inerentes a alma humana; “[...] uma alma provida de princípio racional e a outra desprovida confere-se ainda a alma, a sensação, razão e desejo, como elementos inerentes” (ARISTÓTELES, 2013).

Seguem elementos característicos da virtude intelectual:

Arte, correlacionada com a produção de um dado material caracterizado como arte, não mensurado como agir, mas sim com o fazer. Identifica-se com a capacidade de produzir envolto ao raciocínio, tem sua origem no que produz.

Conhecimento Científico, uma virtude a qual pode ser demonstrada pelo ser humano, ou o torna capaz de demonstrar o conhecimento tem como objeto necessário e eterno, além do que toda ciência pode ser ensinada sendo que o fundamento do seu objeto pode ser aprendido.

Razão Intuitiva tem o método da indução como premissa para uma verdade universal; a partir da razão intuitiva o ser humano aprende as derradeiras premissas caminho delineador para a partida da ciência.

Sabedoria Teórica, intuitivo aliado ao conhecimento científico, considerada perfeita dentre as formas do conhecimento, por galgar objetivos superiores.

Sabedoria Prática, relacionada com os objetos da vida humana, voltadas para a ação e capacidade do ser humano agir-se, decidindo pelas coisas consideradas boas ou não, decidindo-o, por qual delas será sobreposta suas ações.

Como efeitos das virtudes intelectuais elencadas, a arte perfazendo um ciclo da capacidade de fazer do ser humano, pode ser administrada para fazer o bem ou o mal? Um produto admitido como artístico não necessariamente será algo para o bem do humano que o produz ou seus pares, uma vez que, uma dada produção de armas pode ser considerada obra de arte, no entanto poderá ceifar a vida, ainda que não seja essa a intenção do seu criador; de sorte que, continuara sendo arte por estar interligada com o fazer e não com o agir, a capacidade do raciocínio em produzir o confere como arte, independente das ações que venham a ser praticada por terceiros com a obra elaborada pelo artista, que carrega em seu bojo a arte como preceito de virtude intelectual.

O conhecimento científico como virtude intelectual, carrega entre si a possibilidade do ensinamento da ciência que pode ser aprendida, uma das mais belas premissas; vez que, é uma característica virtuosa que pode ser demonstrada, a demonstração por meio do ensino converge para a multiplicação do conhecimento.

Afirma-se, que ao fato de ensinar torna o aprendiz virtuoso? Tal afirmação não pode ser considerada como máxima, mas poderá ser uma máxima dizer que quem ensina torna-se virtuoso a maior? Pressuposto que sim, no entanto uma serie de questionamentos podem ser suscitados com o intuito de resolver a digressão, quem ensina, ensina algo bom?

De sorte que sendo a afirmativa verdadeira haverá uma convergência para um sentimento de dever cumprido por parte de quem ensina, logo está exercendo um ato de moral positiva na ação desencadeada. Quanto à primeira digressão, o aprendiz tornar-se-á virtuoso se o ato moral da ação de ensinar estiver correlacionado com os preceitos morais da sociedade onde ele vive.

A razão intuitiva como virtude intelectual; é a partir dela que o ser humano aprende as últimas premissas do ponto de partida da ciência, porque uma verdade universal das premissas, delineadas por meio do método de indução; fará com que essa verdade solidifique com a razão intuitiva, passando daí por diante o ser humano a constituir ciência posterior à razão intuitiva.

A sabedoria teórica e a sabedoria prática como virtudes intelectuais; relacionam-se a primeira com o intercambio entre conhecimento e razão intuitiva e a segunda relaciona com as características que o ser humano distingue entre o que é bom e apropriado para si e para seus pares.

Posto que, as junções das duas virtudes apresentam-se como virtudes de bom alvitre para o ser humano, aliando-se o conhecimento científico com a razão intuitiva, que fazem parte da sabedoria teórica; com a virtude e os pressupostos inerentes à sabedoria prática que está relacionada com a capacidade de raciocínio no agir com respeito, maximizando as coisas consideradas boas para o ser humano ao tempo que preserva o respeito frente as que são consideradas más.

Aristóteles caracterizou como sendo um humano inteligente aquele julgador das coisas em que a ocupação fosse tomada pela sabedoria prática, posto que essa sabedoria encontra-se inerente a mente, presente como traços de humanos bons.

Verifica-se que não pode haver separação entre as virtudes, uma completude se forma com a junção das virtudes morais e intelectuais.

3 DIREITO E SOCIEDADE

Analisa-se, a não precedência do direito frente à sociedade; o direito nasce do momento em que a sociedade necessita de um condão regulatório da vida social, como uma árvore que se ramifica, assim surge o direito, estende-se, para a sociedade ao originar-se de emaranhados longínquos, alcançando os atos em que o ser humano pratica enquanto convivem em sociedade.

Posto que, um eremita dificilmente necessitaria da égide imperativa de uma norma, tão somente um ser humano “convivendo com sigo mesmo”, não precisa de um regulamento. Por meio do direito busca-se a harmonização social sendo o sentido da norma algo do dever ser, imperativo normativo para toda a sociedade.

Uma interligação com um agrupamento social primitivo poder-se-á afirmar a observância de preceitos éticos e morais por estas sociedades? Contexto, que tão somente comungam do espírito coletivo; valendo-se dos costumes e das tradições inerentes ao convívio preestabelecidos? Porém, longe de caracterizar possuidores do direito por natureza? Hans Kelsen na obra “*Teoria Pura do Direito*”, traz a baila a questão.

Quanto a Teoria Pura do Direito delimita a natureza, ela procura os limites que separam a natureza do espírito.

A ciência do direito é a ciência espiritual e não ciência natural. Pode-se discutir se a antítese natural e espírito coincide com realidade e valor, ser e dever ser, lei causal e norma; ou se o âmbito do espírito é mais amplo que o do valor, do dever ser ou da norma.

Mas não se pode negar que o direito, como norma, é uma realidade cultural e não natural. Por essa razão se apresenta a tarefa de se distinguir entre direito e natureza e outros fenômenos espirituais, especialmente entre normas de outra espécie. Cabe aqui, antes de tudo, dissociar o direito e natureza e outras ciências, já que sempre foi erradamente associado à moral. Naturalmente, não se nega, com isso, a exigência de que o direito deva ser moral, isto é, deva ser bom. Essa exigência de entende por sim mesma; o que ela realmente significa, é outra questão. Repele-se somente o ponto de vista de que o direito, como elemento da moral e que o direito, como direito, em algum sentido e de algum modo, seja moral.

Quando o direito se apresenta como um elemento da moral, isso se torna obscuro, se significa uma exigência natural para que o direito seja apresentado como moral, ou se isso significa que o direito, como parte integrante da moral, possui um caráter efetivamente moral, tenta-se atribuir um valor absoluto ao direito, levando-se em conta a moral.

Como categoria moral, direito significa o mesmo que justiça. Essa é a expressão para a verdadeira ordem social, ordem essa que alcança plenamente seu objetivo ao satisfazer a todos. [...] (KELSEN, 2011, p.77)

Nesse diapasão, entende-se que em uma sociedade primitiva, pode haver observância dos preceitos éticos e morais, seguindo a linha da *“Teoria Pura do Direito”* de Kelsen; não há que falar-se em sociedade primitiva possuidora de Direito.

Vez que, essa condição deve ser alcançada por meio da realidade existencial da norma, portanto, uma norma positivada; escrita e aposto a disposição dos integrantes de uma sociedade, o que não se verifica em uma sociedade primitiva, sendo os costumes e vivência social definidoras do comportamento social primitivo.

Posto que, em análise da obra *“Fundamentos do Direito”*, um contra ponto se verifica engrandecendo a discussão sobre o tema. Com efeito, o direito pode ser dividido em objetivo e subjetivo, conforme os ensinamentos de Duguit.

O “direito objetivo” ou a “regra de direito” designa os valores éticos que exige dos indivíduos que vive em uma sociedade. O respeito a essa ética, em determinado momento, implica, no âmbito social, a garantia de preservação do interesse comum, e, em contrapartida, sua violação acaba desencadeando uma respectiva reação da coletividade visando, de alguma forma, o responsável por tal violação.

O “direito subjetivo”, por sua vez, constitui um poder do indivíduo que integra uma sociedade. Esse poder capacita o indivíduo a obter o reconhecimento social na esfera do objeto pretendido, desde que o seu ato de vontade possa ser considerado deliberadamente legítimo pelo direito objetivo. (DUGUIT, 2009, p.15).

Observa-se, que em uma sociedade onde não houver autoridade constituída, dificilmente haverá direito? Duas correntes divergem sobre o tema. A doutrina do *“direito individual”* e a doutrina do *“direito social”*, essas doutrinas partem das seguintes ideias: doutrina individualista.

Ao nascer, o homem, em sua natureza de homem, desfruta de certos direitos subjetivos, que constituem os “direitos individuais naturais”. O homem nasce “livre”, isto é, desfruta o direito de desenvolver plenamente a sua atividade física, intelectual e moral, e, nesse sentido, pertence-lhe o direito de desfrutar o produto dessas atividades. Concebe-se, assim, para todos, a obrigação de respeitar no outro o desenvolvimento pleno da atividade física, intelectual e moral e nessa obrigação reside o próprio fundamento do direito, constituindo regra social. [...] (DUGUIT, 2009, p.23).

A doutrina individualista coloca em evidência que, o ser humano ao nascer já é possuidor de direitos; não considerando a formação de uma sociedade humana organizado socialmente, como premissa para haver o direito, como imperativo normativo, bastando para tanto, que tenha nascido com vida. Observa-se, a imposição dos direitos individuais, para que, assegure os direitos gerais *a posteriori*.

Na doutrina do “*direito social*” ou “*direito socialista*”, (*doutrina social*) tem como premissa, uma regra inerente da sociedade, emanada da vontade do grupo que forma a sociedade, pressuposto de um Poder Político organizado.

[...] Enfim, todas, as doutrinas que concebem o homem como um ser social exatamente por estar submetido a uma regra social que lhe impõe obrigações com relação aos outros homens e cujos direitos derivam das mesmas obrigações, isto é, dos poderes que possui para realizar livre e plenamente os seus deveres sociais. (DUGUIT, 2009, p. 35).

Na doutrina socialista, evidente o caráter normativo (direito objetivo) social, partindo de uma norma anterior para chegar ao ser humano socialmente inserido na sociedade, para então florescer o direito individual; nessa corrente doutrinária verifica-se, precipuamente o agrupamento social como convívio inerente ao ser humano, ou seja, ao nascer o ser humano encontra-se, inserido em uma sociedade, sob os domínios e império de uma norma cogente preestabelecida.

Posto que, essa “*doutrina social*” ou “*direito social*” como norma reguladora do convívio em sociedade, advém da força da vontade coletiva, precipuamente há uma formação social que tem uma norma reguladora, da convivência do ser humano em sociedade organizada.

Verifica-se, a evolução do direito diretamente ligado à sociedade, ao passo que modifica a sociedade, evolui-se o direito, novos termos são cunhados, novos paradigmas fomentadores da “engrenagem” direito e sociedade humana organizada.

Considerando a premissa do direito positivo; os anseios de ordenamento jurídico normativo, da sociedade ficam além da norma; posto que, a norma é estática, enquanto a sociedade é dinâmica transformando-se diuturnamente, enquanto o arcabouço jurídico normativo cumpre formulas para ser acrescentado.

Analisa-se no Brasil contemporâneo a organização política do Estado, como um Sistema Organizado de Governo, emanado da sociedade.

Entende-se que as funções são delimitadas por meio de imperativo normativo, cabe ao legislador o papel de elaboração da norma fundamental como regra, excluído as exceções, inerentes da Constituição da República Federativa do Brasil.

Observa-se, a visão entabulada sobre o Estado Moderno de Direito Social Brasileiro, na obra “*Ordenamento Jurídico Penal (Tributário): Reflexões Críticas*”, do Professor mestre Bruno Milenkovich Caixeiro (2011), referindo-se, a organização social e política, da formação social brasileira.

O Estado Moderno de Direito Social Brasileiro revela a atual condição do Direito no Brasil, considerando-se suas condições evolutivas, principalmente, culturais, históricas e econômicas, expressas na Constituição Federal de 1988.

Trata-se da condição pela qual foi determinada a forma organizacional social e política da sociedade brasileira, em que se estipulou condições de efetividade dos valores sociais obtidos da evolução em convivência coletiva. Mais do que isso. Representa também a forma de efetivação da vontade estatal pela estipulação de limitação jurídica de interpretar a sociedade por meio dos mais variados fatos sociais que implicam a atuação do Estado.

Isso porque ele, quando de sua constituição, estabeleceu a prestação de um serviço denominado tutela, que veda que as pessoas exerçam sua própria vontade em detrimento da efetividade do ordenamento jurídico, estabelecido constitucionalmente. [...] (CAIXEIRO, 2011, p. 110)

Conclui-se, que o Direito e Sociedade brasileira encontra-se em consonância com a “*doutrina socialista*”, pelo contexto da atualidade e forma de organização definida pelo sistema legal vigente, como bem explicou Caixeiro (2011), a “*doutrina social*” ou “*doutrinas socialistas*” encontram-se presente na formação do direito brasileiro; posto que, a organização social brasileira pressupõe-se organizada de fato e de direito, uma sociedade organizada em observância a norma legal vigente.

Nesse contexto, ao nascer no Brasil, o ser humano é possuidor de direitos, vez que, o “*direito social*” confere-lhe as prerrogativas inerentes à qualidade de ser humano dentro da organização política e social brasileira, sob a égide da Constituição Federal.

3.1 DA ÉTICA JURÍDICA NORMATIVA BRASILEIRA

Dentre as premissas legalistas do Estado Democrático de Direito, destacam-se no ordenamento jurídico brasileiro, as normas de conduta do ser humano frente à Administração do Estado.

Quiçá as medidas para as ações humanas, que é o justo meio, sendo a felicidade atividade da alma, como bem salienta os ensinamentos aristotélicos; sendo as virtudes morais um meio entre dois extremos viciosos; o meio termo é o ponto onde se convergem em distâncias iguais para os extremos, e, não peca por excesso nem por defeito, medida que pode variar não sendo única para todos os seres humanos.

Percebe-se, a dificuldade para estabelecer o justo meio termo para cada caso particular. Nas normativas jurídicas brasileiras, busca-se o justo meio termo ético, pautando os atos delineadores das ações, por meio da força imperativa da Lei.

A responsabilidade para as ações a serem consideradas moralmente válidas, do ponto de vista ético e legal reside no imperativo da Lei, ora que, essa análise voltada para aquilo que é *rés pública*, a perfectibilidade do caráter precisa ser preponderante, haja vista, ser o ser humano senhor dos seus próprios atos, ligando-se a responsabilização pelos desvios de conduta que por ventura venha praticar.

Entende-se, que a responsabilização pelo Estado Juiz; que, por meio dos seus agentes políticos, faz aflora-se do Poder de Estado à vontade ou o padrão ético a ser seguido pela sociedade.

É por meio de normas cogentes que pressupõe fazer-se alcançar uma boa práxis ética e moral social em uma sociedade fundada na norma; um governo *per leges*, conforme ensina Cadamartório.

Este novo aparato de dominação age *per leges*, ou seja, por meio de ordens gerais e abstratas. Além disso, encontra-se aqui uma subordinação do soberano as normas superiores que não é dado suprimir ou violar: trata-se perante um poder *sub leges*. Como diz Peña, falamos de governo *per leges* quando este se expressa mediante leis predominantemente gerais e abstratas, e não por meio de atos particulares, privilégios ou estatutos pessoais. Acrescenta ele a esta característica geral ainda uma outra: a de que a lei, enquanto fonte do direito, seja fruto da vontade geral, entendida num sentido muito amplo, de forma que seja possível excluir do conceito “lei no Estado de Direito” as expressões normativas pessoais ou absolutistas, mesmo no caso em que estas reúnam aquelas duas formalidades (generalidade e abstração). (CADAMARTORIO, 2006, p. 6)

Observa-se, a responsabilização por meio de normas gerais e abstratas, sendo o governo *sub lege*, caracterizado pela vinculação do poder ao direito, logo se verifica a submissão dos integrantes do poder ao imperativo normativo *sub leges*, perfazendo um ciclo de atinência a norma estabelecida pelo Estado Juiz.

Característica na fundamentação imperativa normativa das ações do ser humano no desenvolvimento dos atos que devem ter como premissa a ética jurídica normativa, em uma sociedade organizada como Estado.

Entendem-se, como padrão de conduta ética positiva por meio da norma, as ações decorrentes de atos exarados em consonância com a norma legal vigente, no Brasil essas normas encontram-se apostas em ordenamentos diversos, sendo que a carta maior enumera os princípios norteadores de padrão ético.

Legislações diversas aglutinam regras sobre o tema, outras são aprovadas exatamente com objetivo de entabular os preceitos éticos e morais a serem observado no âmbito Administração Pública, ou para observância de um grupo previamente estabelecido; é o caso dos códigos de ética e disciplina das profissões ou regimento dos servidores públicos.

Destacam-se dentre as normas, as que visam encarregar órgãos para dar cumprimento efetivo às normas sobre conduta ética, do ponto de vista jurídico legal tais órgãos estabelecem correlação entre as mais variadas estruturas de poder normativo, busca-se, aferir a efetividade contributiva da norma em vigor, sua observância ou se há prejuízo em caso de superposição de normas.

A Carta Magma da República Federativa do Brasil, responsável por compilar a regra geral a ser seguida, dispõe no Artigo. 37 os pilares que norteiam a Administração Pública no contexto ético moral social aplicado ao setor público.

Art.37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também ao seguinte: (BRASIL, 1988).

Observa-se, o caput do artigo 37 da carta maior da República, o impositivo normativo, visando às premissas éticas para nortear as ações do ser humano sob a égide da Constituição Federal.

Ao longo dos seus vinte e dois incisos, dose parágrafos e suas respectivas alíneas, o artigo 37 estabelece um norte para os atos a serem exarados por quem estão administrando as repartições públicas nas esferas de Governo do Estado brasileiro; princípios, ético-moral a serem observados nas ações de governo.

Princípio da Legalidade: uma ação moralmente justa, dentro dos preceitos éticos, perfaz necessário, que seja emanada dentro dos ditames legais vigentes no país, logo sendo de alvitre positivo, estará este ato em consonância com a virtude moral da justiça, que é a disposição de caráter a tornar as pessoas a fazerem o que é justo bem como desejar a justiça.

O que é uma virtude completa e considerada a maior das virtudes, porque o ser humano virtuoso nesse quesito pode exercer a justiça sobre si e sobre os outros, considerado o melhor aquele que a exerce sua virtude para com os outros integrantes do grupo social, haja vista ser está à tarefa mais difícil da justiça.

Princípio da Impessoalidade: voltado para satisfazer os interesses públicos, sem vaidade do ser humano imbuído na qualidade de agente público, ora legalmente constituído para exarar um ato.

Observa-se, que o ato deve ter os atributos da virtude moral, justiça, ao tempo que deve ser desprendido de qualquer vaidade daquele que exerce o poder de decidir ou emanar tal ato; sendo que a característica de um ser humano que delibera de forma adequada, quer dizer, que delibera bem sobre o que é bom e conveniente para ele.

No entanto o homem com sabedoria não está preocupado com fazer coisas boas somente para si, mas sabe como fazer para a coletividade, sabe ele, agir com sabedoria e respeito; que se enfatiza a sabedoria, como atributo inerente as virtudes intelectuais do ser humano.

Princípio da Moralidade: como a virtude moral relaciona-se com as paixões e ações, e sabendo que um sentimento ou ação pode ser voluntário ou involuntário; são involuntárias as ações que ocorrem sob compulsão e ignorância; são voluntárias as ações em que o desejo motor encontra-se no próprio agente, que tenha o conhecimento das circunstâncias inerentes ao ato a ser praticado.

Logo um ato moralmente válido tem que ser praticado dentro do padrão de voluntariedade, para que o ser humano pratique tal ato, de forma que seja virtuosamente justo impessoal e moralmente adequando, em consonância com a ética e moral pública.

Princípio da Publicidade: deve haver transparência nas ações desencadeadas, o que não se implica dizer que, apenas deve se publicar um determinado ato, do ponto de visto ético jurídico normativo brasileiro.

O ato tem que ser publicado; porém, tem que ser um ato legalmente constituído, dentro dos padrões éticos e morais da Administração Pública para a propositura do feito, o que, é termo constitutivo para que surta os efeitos legais.

Ao contrário, estará destinado ao fracasso no mundo jurídico; do ponto de vista das virtudes, a veracidade sendo uma virtude moral; perfaz adequadamente o princípio da publicidade, não excluindo os demais atos das virtudes, como a virtude intelectual que elenca a sabedoria teórica e prática que calha perfeitamente no princípio da publicidade.

Princípio da Eficiência: com a emenda constitucional nº 19 de 1998, foi alçado no patamar constitucional o princípio da eficiência; os poderes tem como

dever de eficiência no trato com a coisa pública, moderníssimo princípio para a administração; que tem como imperatividade, atinência aos demais princípios balizadores do direito público, ao tempo que deve ser eficiente na prestação dos serviços públicos, bem como regra para o desenvolvimento das funções em que exercem.

Do ponto crucial das virtudes, a responsabilidade como virtude; está adequadamente inerente ao princípio da eficiência, por ser uma virtude do ser humano frente aos seus atos, o qual é genitor.

O princípio da virtude responsabilidade funda-se em duas pressuposições, realidade e contingente; realidade por não haver definição de futuro e contingente por ser o ser humano autor dos seus atos, nestes em que o ato depende de si, para que seja considerado virtuoso, ético e moral.

Assim, com análise do caput do artigo 37 da Constituição Federal, está apostado o norte legal brasileiro em consideração à ética normativa, entretanto, estes princípios, autoaplicáveis, por não dependerem de uma lei ou regulamento diverso para que tenha eficácia; encontra sua reafirmação no texto de normas leais ou infra legais que os elencam expressamente ou esclarece o melhor alcance desses princípios.

Entende-se, que estão voltados para a administração pública, onde o ser humano agente público; está sob a égide desses princípios nos atos a serem elaborados, visando exteriorizar uma determinada ação.

Considerando ser grande o arcabouço legal expresso para realizar os mais diversos e determinados atos jurídico, o que não venha ao caso sobrepôr os princípios constitucionais, ou seja, devem sempre perquirir observância aos princípios constitucionais, por estarem elencados no texto da carta maior da República.

O administrador público está vinculado a estes princípios, mesmo que não haja uma legislação específica para o ato a ser praticado, e mesmo que exista tal legislação dentre as mais diversas entabuladas no ordenamento pátrio, caso não venha expresso algum dos princípios constitucionais, sua observância faz-se de modo imperativo é um elo entre o administrador e os atos de Governo a serem praticados na sociedade política administrativa organizada.

Verificou-se, o caráter impositivo destes princípios constitucionais, diversas são as normas relacionadas com a atividade pública que o mencionam como

mecanismo de reforço do seu modo imperativo; exemplos claros de imperativo jurídico normativo a Lei 8.112/90, que estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Observa-se um verdadeiro, imperativo normativo em que, se submetem aqueles que são servidores públicos federais; o que não implica que esta norma seja observada pelos entes da federação, ou seja, o padrão de conduta ética não precisa versar apenas aos subordinados ao quadro de pessoal do Governo Federal.

Vez que, os Estados, Distrito Federal e Municípios caso não tenham compilado regramento próprio, visando submeter seus funcionários e empregados públicos, podem perfeitamente utilizar-se da Lei Federal no que couber ao dado caso concreto a ser analisado.

A Lei nº 8.429/92, que é conhecida no mundo jurídico como sendo a lei da Improbidade Administrativa, exemplo clássico de imperiosidade ético normativo, uma vez que dispõe exatamente “sobre sanções a serem aplicadas aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional”.

A capitulação do artigo 11 da referida lei, esboça em seu caput, exatamente o imperativo negativo frente aos que por meio dos seus atos, violarem as regras, uma clara demonstração do padrão ético a ser seguido por força de lei.

Lei 8.429/92 *omisis*, art.11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente: [...]. (BRASIL, 1992)

Percebe-se a regulamentação do Estado por meio de imperativo normativo, visando com que os atos praticados pelos agentes público sejam atos eticamente correto e moralmente aceitáveis, é o que se espera, em uma sociedade organizada.

As exposições dos institutos legais aqui expostos tem o condão a título exemplificativo de quão unidos andam a ética e a moral legal, ou devem caminhar, no intuito de que seja o ato emanado pelo agente público, ético e moralmente válido.

Um elemento jurídico paulatinamente utilizado pela administração pública visando perseguir os preceitos éticos é a compilação do código de ética, seja esse código versando sobre uma dada categoria ou mesmo visando à observância de empregados ou funcionários de setores distintos, exemplo claro dessa compilação

visando à ética no serviço público é o Decreto Lei nº 1.171 de 22 de junho de 1994, assinado pelo então Presidente da República Itamar Franco; da instituição do código, as regras para que seja implementadas as medidas necessárias a surgir os efeitos legais, na sociedade brasileira politicamente organizada por meio do Estado.

Art. 1º Fica aprovado o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, que com este baixa.

Art. 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta implementarão, em sessenta dias, as providências necessárias à plena vigência do Código de Ética, inclusive mediante a Constituição da respectiva Comissão de Ética, integrada por três servidores ou empregados titulares de cargo efetivo ou emprego permanente (BRASIL, 1994)

O artigo primeiro é claro para quem é dirigido o código, fazendo menção exatamente aos profissionais do serviço público. O artigo segundo demarca prazo para as providências para que o código começa a vigorar e a obrigatoriedade de logo, ver instalada uma comissão de ética.

As regras deontológicas aposta na referida lei, evidência claramente a preocupação de que os servidores públicos sigam uma conduta ética e moral compatível com o bom funcionamento do serviço público, em comento as regras deontológicas.

I - A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.

II - O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art.37, caput e §4º da Constituição Federal

III - A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da idéia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo. (BRASIL, 1994).

Verifica-se nos três primeiros incisos em comento, a preocupação com os postulados éticos e morais como partes inerentes aos atos a serem exarados pelos servidores públicos do Governo Federal.

IV- A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade.

V - O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio.

VI - A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional. (BRASIL, 1994).

Os incisos: quatro cinco e seis; remetem aos ensinamentos aristotélicos de virtude intelectual, sendo que, fazem-se presentes os princípios do conhecimento científico, onde torna o homem capaz de demonstrar tal conhecimento.

Com efeito, a demonstração desse conhecimento, perfeitamente pode ser exteriorizada por meio do trabalho desenvolvido; o princípio da sabedoria reside aqui nos referidos incisos por ser este princípio delineador de conhecimento, onde o conhecimento para fazer as coisas boas deve voltar-se para os grupos sociais de uma sociedade vivendo em coletividade.

VII - Salvo os casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.

VIII - Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação.

IX - A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina. Tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral. Da mesma forma, causar dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, não constitui apenas uma ofensa ao equipamento e às instalações ou ao Estado, mas a todos os homens de boa vontade que dedicaram sua inteligência, seu tempo, suas esperanças e seus esforços para construí-los.

X - Deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas principalmente grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.

XI - O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente. Os repetidos erros, o descaso e o acúmulo de desvios

tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e caracterizam até mesmo imprudência no desempenho da função pública.

XII - Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.

XIII - O servidor que trabalha em harmonia com a estrutura organizacional, respeitando seus colegas e cada concidadão, colabora e de todos pode receber colaboração, pois sua atividade pública é a grande oportunidade para o crescimento e o engrandecimento da Nação. (BRASIL, 1994).

Em síntese os incisos do Decreto Lei 1.171 de 1994, compila um conglomerado de princípios para observância no serviço público; que estão em consonância aos ensinamentos de ética e moral preconizado por Aristóteles, os deveres que o referido decreto dispõe para observância imperativa, também compactuam com os princípios inerentes às virtudes morais e intelectuais já mencionados em linhas supras.

No Brasil a modernização da legislação ética; nos idos de 1999, foi criada a Comissão de Ética Pública, em 2000 foi aprovado o Código de Conduta da Alta Administração Federal, com isso buscou-se aprimorar a Gestão Pública Brasileira.

Com o exposto observa-se, que o Brasil tem um aparato considerável no que tange a legislação referente aos padrões éticos e morais, posto que, outras normas também fazem parte desse conglomerado de Leis que visam à ética e a moralidade pública, bem como outros dispositivos legais.

Como é o Código Penal brasileiro, Código de Transito, dentre outro códigos e leis esparsas que ao regular o cotidiano do brasileiro, também carrega em seu texto legal os princípios éticos e morais, a serem seguidos, pela sociedade brasileira contemporânea.

Em linhas gerais, uma visão do modo em que está fixada a ética jurídica normativa brasileira; estruturação baseada em texto de Lei, o que antes se averiguava por meio dos bons costumes e das boas práticas no setor público, passa fazer parte do rol normativo.

Vez que, a regulamentação de práticas rotineiras (ou que tem o dever ser, rotineiro,) por meio da legislação formal, tem o condão de “garantir” maior transparência nos atos da administração pública; por meio da formalização legal da norma escrita, atributo da sociedade política organizada, concedido por meio da sociedade humana organizada na forma de Estado social coletivo.

3.2 SOCIEDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Entende-se como uma sociedade, a formação do conjunto de pessoas que buscam viver em uma sociedade; logo, um conglomerado de pessoas que formam a sociedade, necessita da organização social de estado político; Estado de Direito formal do agrupamento social contemporâneo, verifica-se no Brasil do século XXI.

Entende-se, que a sociedade brasileira contemporânea está caracterizada na forma de Estado de Direito, características da sua formação ou organização social política, estrutura organizacional do estado democrático de direito por meio da norma escrita, regulamentadora do convívio em forma de imperativo normativo.

A organização política social está representada pelos poderes; Legislativo, Executivo e Judiciário; o legislativo, o qual tem por finalidade de elaborar Leis e fiscalizar o Poder Executivo, que é o executor das ações a proporcionar o bem estar social da coletividade.

O Poder Judiciário que tem a competência jurisdicional do Estado; previsão insere no texto da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em, 5 de outubro de 1988, considerada como sendo a Constituição cidadã; contava com 245 artigos seu texto original, na data em que foi promulgada.

O Poder Legislativo, conforme fixado no texto constitucional (C.F 1988).

Art. 44. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. (BRASIL, 1988)

O Poder Executivo, norteado pela Constituição Federal, referendando a forma de organização social brasileira de Estado Democrático de Direito.

Art. 76. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado. (BRASIL, 1988).

O Poder Judiciário, artigo 92 da Carta Maior discorre sobre a organização do Poder Judiciário, responsável pela pacificação social do ponto de vista jurídico, onde as relações conflitantes da sociedade encontra guarida por meio do judiciário.

Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:
I - o Supremo Tribunal Federal;
I-A o Conselho Nacional de Justiça;
II - o Superior Tribunal de Justiça;
III - os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;

IV - os Tribunais e Juízes do Trabalho;
 V - os Tribunais e Juízes Eleitorais;
 VI - os Tribunais e Juízes Militares;
 VII - os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.
 § 1º O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal § 2º O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional. (BRASIL, 1988).

Posto que, inserida em um contexto Democrático, a sociedade brasileira, aperfeiçoa-se com o exercício da democracia através do voto. Faz-se representar por meio do Poder Legislativo, que tem como premissa representar os interesses da coletividade, por meio da elaboração das leis e fiscalizar o Poder Executivo.

O século XXI é marcado preponderantemente com o acesso ao conhecimento em amplitude gigantesca, ao tempo que a sociedade, dispõe de um leque de informações; percebe-se o quão difícil é selecionar quais as informações serão realmente úteis para o convívio social, ou para ajudar individualmente o ser humano contemporâneo.

Verifica-se, ser possível acessar por meio da rede mundial de computadores, os mais diversos informativos no Brasil e no mundo, dos mais variados temas e línguas ao gosto do internauta, tornando-se o século XXI, em um verdadeiro laboratório de uma sociedade democrática pluralista. Sobre sociedade plural, atente-se aos ensinamentos de Bobbio (2000, p. 34).

A democracia nasceu de uma concepção individualista da sociedade, isto é, da concepção para a qual – contrariamente à concepção orgânica, dominante na idade antiga e na idade média, segundo a qual e especialmente a sociedade política, é um produto artificial da vontade dos indivíduos. Para a formação da concepção individualista da sociedade e do Estado e para a dissolução da concepção orgânica concorrem três eventos que caracterizam a filosofia da idade moderna: a) o contratualismo do Seiscentos e do Setecentos, que parte da hipótese, que antes da sociedade civil existe o Estado de natureza, no qual soberanos são os indivíduos singulares livres e iguais, que entram em acordo entre si para dar vida a um poder comum capaz de cumprir a função de garantir-lhes a vida e a liberdade (bem como a propriedade); b) o nascimento da economia política, vale dizer, de uma análise da sociedade e das relações sociais cujo sujeito é ainda uma vez o indivíduo singular, o *homo oeconomicus* e não o *politikón zôon* da tradição, que não é considerado em si mesmo mas apenas como membro de uma comunidade, o indivíduo singular que, segundo Adam Smith, “perseguindo o próprio interesse, frequentemente promove aquele da sociedade de modo mais eficaz do que quando pretenda realmente promover-lo” (de resto é conhecida a recente interpretação de Macpherson segundo a qual o Estado de natureza de Hobbes e de Locke é uma prefiguração da sociedade de mercado; c) a filosofia utilitarista de Bentham a Mil, para a qual o único critério capaz de fundar uma ética objetivista, e portanto distinguir o bem do mal sem recorrer a conceitos vagos como “natureza” e outros, é o de partir da consideração

de Estados essencialmente individuais, como o prazer e a dor, e de resolver o problema tradicional do bem comum na soma dos bens individuais ou, segundo a fórmula benthamiana, na felicidade do maior número. (BOBBIO, 2000, p.34).

Observa-se, que em uma sociedade plural democrática, os fundamentos para a democracia é a partir da concepção individual do ser humano como cidadão inserido em um agrupamento ligado a uma sociedade. Tratando-se de democracia, a obra *“O Futuro Da Democracia”* do jus filósofo Norberto Bobbio.

Afirmo preliminarmente que o único modo de se chegar a um acordo quando se fala em democracia, entendida como contraposta a todas as forma de governo autocrático, é o de considera-la caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais *procedimentos*. Todo grupo social está obrigado a tomar decisões vinculatórias para todos os seus membros com o objetivo de promover a própria sobrevivência, tanto interna como externamente. Mas até mesmo as decisões de grupo são tomadas por indivíduos (o grupo como tal não decide). Por isso, para que uma decisão tomada por indivíduos (um, poucos, muitos, todos) possa ser aceita como decisão coletiva é preciso que seja tomada com base em regras (não importa se escritas ou consuetudinárias) que estabeleçam quais são os indivíduos autorizados a tomar as decisões vinculatórias para todos os membros do grupo, e à base de quais procedimentos. No que diz respeito aos sujeitos chamados a tomar (ou a colaborar para a tomada de) decisões coletivas, um regime democrático caracteriza-se por atribuir este poder (que estando autorizado pela lei fundamental torna-se um direito) a um número muito elevado de membros do grupo. [...]

Disto segue que o Estado liberal é o pressuposto não só histórico mais jurídico do Estado democrático. Estado liberal e Estado democrático são interdependentes em dois modos: na direção que vai do liberalismo à democracia, no sentido e que são necessárias certas liberdades para o exercício correto do poder democrático, e na direção oposta que vai da democracia ao liberalismo, no sentido de que é necessário o poder democrático para garantir a existência e a persistência das liberdades fundamentais. Em outras palavras: é pouco provável que um Estado não-liberal possa assegurar um correto funcionamento da democracia, e de outra parte é pouco provável que um Estado não-democrático seja capaz de garantir as liberdades fundamentais. A prova histórica desta interdependência está no fato de que Estado liberal e Estado democrático, quando caem, caem juntos. (BOBBIO, 2000, p.30-31).

Coadunam-se o pensamento de Bobbio frente à sociedade brasileira, vez que há um conjunto de regras preestabelecidas, onde as decisões de formulação de leis são executadas pelo Legislativo, em consonância as normas balizadoras da sociedade.

O Poder Executivo exercendo seu papel fundamental na execução das medidas que visam à vontade da sociedade.

O Poder Judiciário como guardião da legislação e aplicador da norma em casos concretos de desrespeito ao ordenamento jurídico.

Com efeito, o Direito exercido pelo Poder Judiciário na sociedade, advém da construção normativa social; os ensinamentos de Cinthia Robert na obra *“Democracia e Constituição, Contribuição Para a Compreensão do Estado Contemporâneo”*, entabula visões em tempos distintos, sobre a normativa social.

Há de ser examinado, ainda, o fenômeno da comunidade enquanto construção normativa, defendida por Hans Kelsen, que, ao refletir sobre o que poderia ser idêntico para a maioria das pessoas, sem se considerar um processo psíquico-individual, é a ordem reguladora da conduta intersubjetiva.

Kelsen diferencia dois institutos básicos: os processos psíquicos e os conteúdos de sentido objetivo. Os primeiros contêm os atos psíquicos do pensar e do sentir, por exemplo, e nunca estão diretamente acessíveis aos outros indivíduos. Entretanto os conteúdos de sentido objetivo, tais como um teorema matemático, uma lei lógica, um preceito ético ou um preceito jurídico, têm entre si o fundamento para uma orientação comum, o que possibilita o desenvolvimento de um feixe de condutas chamadas comunidade. Exemplificando: o sentido que é comunicado pelas normas de Direito Civil são os conteúdos de sentido objetivo, que vão orientar a estrutura da formação das várias espécies de contrato. Assim, segundo Kelsen, o que irá orientar os indivíduos, coordenando-os numa comunidade jurídica, são as normas ou um complexo de normas. Os indivíduos formam uma comunidade jurídica na medida em que se submetem à mesma ordem normativa. (ROBERT, 2006, p.4)

Em síntese, o princípio da legalidade, perquirindo a observância da norma; é princípio basilar inerente ao Estado de Direito, preceitos ético moral, interligados para a fundamentação e legitimação do poder político na sociedade, ou seja, poder estatal e social interligado, regulando o convívio do ser humano em comunidade.

Analisa-se, que no Brasil, a efetivação da sociedade do ponto de vista ético e moral social, perfaz entendimento positivo quanto à formação da sociedade; divisão entre poderes, normas delimitadoras, normas reguladoras de convivência do ser humano, como poderes de Estado bem definidos.

Constata-se, no entanto, que a afirmativa de observância da coletividade quanto aos preceitos éticos e morais carecem de mecanismo capaz de auferir com precisão a embasar tal afirmação; posto que, ética pode ser considerada relativo-subjetiva ou não.

Quando há concordância entre duas partes, o ponto de vista ético poderá ser objetivo? Considera-se, que as objetividades da ética provem da razão; com quanto, afirma-se que toda razão é positiva ou negativa?

São perguntas que fazem pensar em outras dicotomias inerentes a sociedade brasileira contemporânea, negando-se a premissa de observância coletiva dos preceitos éticos e moral social delineadores da sociedade/organização social.

Podem-se, afirmar a objetividade da ética quanto à formação social e adequação a norma?

Verificou-se, uma sociedade brasileira no século XXI, organizada quanto aos poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário; o que levou perquirir o entendimento do poder dever, presente na formação social brasileira.

O Estado enquanto regulador da norma aposta pela sociedade, representada por meio do seu poder legislativo; tem o condão, o marco regulatório por meio do Poder Judiciário; detentor da imperatividade de Estado é o estado impositivo; frente aos que infringirem as regras da norma social.

Afirmasse-se, a possibilidade de imperativo jurídico por meio da força do Estado, da violação da ética moral; nas ações exaradas por atos de agentes públicos que estão vinculados a norma; nos casos de violação da norma o imperativo estatal pode fazer sentir-se por meio do Poder Judiciário.

Verificou-se, não objetividade de imperativo social coletivo sancionatório, nos casos de infringência aos preceitos ético e moral fora do ordenamento jurídico; vez que, a reprovabilidade social pode não ter amparo legal para sanção do Estado Juiz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme as informações expostas neste trabalho, à finalidade precípua da ética, não se alterou ao longo da História; no tocante a moral, observa-se um remodelamento da moral social frente aos movimentos incessantes de transformação social, observa-se a versatilidade nos interesses da sociedade como um todo, o que definem as características, ético-moral social, na sociedade brasileira renovam-se os princípios, com o dinamismo de tempo e lugar, porém, a raiz da ética não se altera, guarda o mesmo condão balizador, a moral modifica com a sociedade.

O Estado, sociedade política por excelência, constituída a partir da necessidade do ser humano agrupar-se coletivamente, reflete em seu interior todas as características e lutas que ocorrem na sociedade brasileira.

Preponderando o status jurisdicional adotado pela sociedade política, no modelo de sociedade constituída, delineando a forma que o Estado toma e exerce atividades, frente ao agrupamento social, jurisdicionados por força do poder imperativo da norma instituída pelo Estado Democrático de Direito.

É possível afirmar-se, que as funções do Estado Social, ampliaram-se ao longo da História, fruto dos movimentos social e dinamismos sociais, inerente às transformações que ocorrem nos grupos, componente da sociedade brasileira, que não é estática, e verifica paulatinamente os movimentos que seguem redesenhando o curso do Estado enquanto sociedade organizada.

É possível afirmar que a ética política, caminha de forma lenta em relação à sociedade, dinâmica e ensejadora de mudanças sociais rápidas, dado ao frenético transformismo causado por meio da indústria do século XXI, onde os produtos tecnológicos apresentam cada vez mais sofisticados.

Visão de rapidez e desempenho equivalente não se pode conferir a classe política, o que faz sentir-se, um agrupamento social com pouca provisão de conceitos e pressupostos éticos.

A ética religiosa no contexto contemporâneo, não faz grandes movimentos mudancistas, apresenta como formula voltada para uma determinada religião, o que confere diferenças do ponto de vista em que se observa.

Vez que mesmo as religiões Monoteístas, propaladores da crença em uma Divindade única, apresentam seu contra ponto, quando se referem à Trindade, por exemplo, há nesse contexto um claro movimento Politeísta, o que não é referendado pelos adeptos de religiões dessa formula de pensamento religioso.

Com o advento do Estado laico na sociedade brasileira, a ética religiosa não tem grande destaque, principalmente no mundo jurídico, porém, uma releitura da formação do Direito alcança-se os textos “sagrados” de épocas longínquas, que ao seu tempo foram verdadeiro arcabouço legal para as sociedades da época, verifica a não preponderância na atualidade justamente pelo dinamismo social.

Como funções do Estado Democrático de Direito, a prestação jurisdicional, que tem por objetivo dirimir os conflitos das relações sociais; conflitos que por ventura possam ocorrer, posto que, é o Estado detentor dessa prerrogativa, concedida pela organização política da sociedade organizada brasileira.

O Estado, detentor da função privativa de Estado Juiz faz impor-se o imperativo normativo, por meio do Poder Judiciário, verifica que da formação da sociedade; encampada a sociedade política que atribuiu soberania na constituição do modelo de Estado a ser adotado, na sociedade brasileira.

A Constituição Federal de 1988 sacramentou a importância fundamental da norma na vida da sociedade, conferindo-lhe os valores éticos e morais essenciais, que norteia o convívio social, por meio dos princípios elencados.

É da Constituição que emana os princípios norteadores da visão ética e moral no Setor Público, posto que, a Carta Maior da República, traça delineadores de padrão ético e moral social, pressuposto que deve seguir também a legislação infraconstitucional, entabulando ética contemporânea no ordenamento jurídico brasileiro, por meio dos princípios perfeitamente arraigados no texto Constitucional.

Com as ponderações acima, é possível afirmar que o princípio ético e moral social, não decorrem da postura ou do idealismo dos órgãos e agentes jurisdicionais, nem é decorrente do imperativo normativo da Lei, é um fenômeno

social, que norteia o ser humano enquanto ser social ou sociável, visto que, é da vontade do ser humano associar-se, e manter em sociedade.

A organização política do estado brasileiro decorre exatamente da necessidade de associação política, vinda da sociedade civil organizada; o que verifica com a formação do Estado Democrático de Direito, pela sociedade brasileira.

São notórios os problemas, deficiências e não observância aos princípios, ético e moral social, principalmente, evidencia-se com maior pujança a infringência ao princípio da ética política.

Posto que, os holofotes dos meios de comunicação tendem a enfatizar com maior presteza os casos de inobservância ética no meio político, o que faz a sociedade brasileira abastecer-se de tal suposição.

Do conjunto ético moral que norteia a Sociedade Brasileira no Século XXI, é possível afirmar que, há relevante atinência por parte da sociedade, posto que, a formação de Estado Social como salientado em linhas supras, requer um constante aprimoramento da coletividade na observância aos princípios basilares da vida em comunidade.

Os poderes constituídos como forma de sustentáculo da sociedade, dificilmente manteria sua forma em uma sociedade desprovida de concepção e atinência a ética moral social.

Porém há transformação social que, por vezes causam incômodos generalizados, más não abalam os fundamentos da sociedade brasileira.

Os poderes da República, organizada na forma de Estado Democrático de Direito, tem relevante papel social e são propaladores da ética moral na sociedade.

O Poder Legislativo, representante direto da coletividade, encontra os pressupostos legais definidos na Constituição, é ao legislativo que cabe o dever de entabular as Leis, que devem ater-se aos princípios éticos desde a sua concepção.

Posto que, o texto constitucional assegura ao parlamento, a premissa como primada da sociedade civil brasileira organizada na forma política de Estado Democrático.

O Poder Judiciário nas decisões exaradas por meio dos seus órgãos competentes emanam princípios éticos sociais, uma vez que, suas decisões estando em conformidade com a legislação em vigor, servem de exemplos de equidade a ser observado pela sociedade civil organizada.

É a responsabilidade ética social, ciente de que exerce um poder político social, e deve também atender aos critérios ético e moral de justiça, a fim de fortalecer o exercício da cidadania e de garantir a dignidade da pessoa humana, dentro de um razoável padrão ético-moral.

O Poder Executivo, ao exercer suas funções, é a sociedade civil que está a trabalhar pela coletividade, por meio de um poder político organizado pela sociedade.

Posto que, a concretização e realização do executivo reflete a comunidade como realizadora, por isso a observância ética e moral nos atos de gestão podem ser consideradas como propaladores da ética-moral social.

Deste modo, conclui-se, que a sociedade brasileira na formação da vontade coletiva tem como observância a ética-moral social refletindo conjuntamente com a força estatal, os preceitos éticos entabulados, no intuito de manter-se como uma sociedade forte, socialmente justa, aprimorando as relações sociais e contribuindo para o exercício da plenitude democrática brasileira no Século XXI.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **A política**. Tradução Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Escola Educacional, 2006.

ARISTÓTELES. **Ética a nicômaco**. Tradução Torrieri Guimarães. 6. ed. São Paulo, SP: Martins Claret, 2013.

AMORELI. Jack. **Quais as diferenças e semelhanças entre: ética, moral e direito**. Disponível em: <<http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Quais-As-Diferen%C3%A7as-e-Semelhan%C3%A7as-Entre/39814252.html>>. Acesso em: 06 jun. 2015.

BOBBIO. Norberto. **O futuro da democracia**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 30 mai. 2015.

BRASIL. **Lei 8.429, de 2 de junho de 1992**. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm> Acesso em: 30 mai. 2015.

BRASIL. **Decreto Lei 1.171, de 22 de junho de 1994**. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm>. Acesso em: 30 mai. 2015.

CAIXEIRO. Bruno Milenkovich. **Ordenamento jurídico penal (tributário): reflexões críticas**. São Paulo: Letras Jurídicas, 2011.

CADAMARTORI. Sergio. **Estudo de direito e legalidade: Uma abordagem garantista**. 2. ed. Campinas, SP: Millennium, 2007.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O poder dos juízes**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
DUGUIT, León. **Fundamentos do direito**. Tradução Márcio Pugliesi. São Paulo: Martins Claret, 2009.

FERREIRA. Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário aurélio**: eletrônico. Disponível em: <<http://dicionario.mp.ma.gov.br/home.asp>>. Acesso em> 05 jun. 2015.]

GONZALES. Átila J; OCTAVIANO. Ernomar. **Citações jurídicas na bíblia**: comentadas. 6. ed. São Paulo: Liv. e Ed. Universitária de Direito, 2005.

JUNIOR, Alberto Gosson Jorge (org). **Constituição federal após 20 anos**: reflexões. Campinas, SP: Millennium, 2009.

KELSEN. Hans. **Teoria pura do direito**. Tradução José Cretella Junior e Agnes Cretella. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

LOPÊS. Emílio Mira y. **Manual de psicologia jurídica**. Campinas SP: Servanda, 2011.

MAQUIAVEL. Nicolau. **O príncipe**. Tradução Maria Julia Goldwasser. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

NIETZSCHE. Friedrich. **Além do bem e do mal**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ROBERT. Cinthia. **Democracia e constituição**: contribuição para a compreensão do Estado contemporâneo. Campinas, SP: Millennium, 2006.

SALDANHA. Nelson. **Sociologia do direito**. 6. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
SERGIO. Paulo. **Biografia de Aristóteles**. Pesquisa sobre ética de Aristóteles e sua biografia, com motivo de descobrir qual é o sumo bem que o ser humano busca para a sua realização segundo o Estagirita. Disponível em:
<http://www.pucsp.br/pos/cesina/schenberg/alunos/paulosergio/biografia.html> Acesso em: 06 jun. 2015.

SUNG. Jung Mo; SILVA. Josué Candido da. **Conversando sobre**: ética e sociedade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SPINOZA. Benedictus de. **Ética-Spinoza**. Tradução Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2013.

WEBER. Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

OBRAS CONSULTADAS

ANDRADE. Lédio Rosa de. **Violência, psicanálise: direito e cultura**. Campinas, São Paulo: Millennium, 2007.

ALTAVILA. Jayme de. **Origem dos direitos dos povos**. 10. ed. São Paulo: Ícone, 2004.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. Tradução Sérgio Bath. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BECARIA. Cesare Bonessana. **Dos delitos e das penas**. Tradução Paulo M. Oliveira. 2. ed. Bauru, São Paulo: Edipro, 2010.

BÍBLIA. **Bíblia de estudo profética**. Tradução Carlos Osvaldo Cardoso Pinto e Neyd Siqueira. São Paulo: Hagnos, 2006.

BOBIO. Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. Tradução Ari Marcelo Salon. 1. ed. São Paulo: Edipro, 2011.

CALMON. Kátia Maria Nasiaseni./GUSSO. Divonzir Arthur. A experiência de avaliação do plano plurianual (PPA) do Governo Federal no Brasil. O estudo descreve, inicialmente, a gênese do processo de avaliação do PPA 2000-2003. Em seguida, é apresentada a sistemática de monitoramento e avaliação anual do PPA, adotada a partir do ano de 2000, com ênfase nos aspectos relativos aos objetivos, à base legal, aos mecanismos de coordenação, aos instrumentos e às etapas. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/61/71>>. Acesso em 5 jun. 2015.

DURKHEIM. Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2005.

FURASTÉ. Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico elaboração e formatação**. Explicitação das normas da ABNT. 14. ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2008.

JUNKES. Maria Bernadete; SANTOS. Maria Lindomar dos. **Primeiros passos da metodologia científica na graduação**. Rolim de Moura, RO: D'press, 2008.

LAKATOS. Eva Maria; MARCONI. Marina de Andrade. **Sociologia geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LAMY, Marcelo. **Metodologia da pesquisa jurídica**: técnicas de investigação, argumentação e redação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. Tradução Leila Prado. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

MARCONDES. Danilo. **Textos básicos de ética**: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MARX. Karl. **Crítica da economia política**. Tradução Reginaldo Sant' Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA - UNESCO. Declaração universal dos direitos humanos. Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 1988. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2015.

VASCONCELOS. Marco Antônio de; GARCIA. Manoel Enriquez. **Fundamentos de economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.